



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE MEIO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE RECURSOS
NATURAIS E DESENVOLVIMENTO LOCAL DA AMAZÔNIA



ARISTÓTELES ALVES DO NASCIMENTO

PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL NA AMAZÔNIA: estudo sobre a
macrozona de valorização ambiental do município de Redenção, Estado do Pará

BELÉM-PA
2023

ARISTÓTELES ALVES DO NASCIMENTO

PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL NA AMAZÔNIA: estudo sobre a
macrozona de valorização ambiental do município de Redenção, Estado do Pará

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da
Amazônia (PPGEDAM) do Núcleo de Meio Ambiente da
Universidade Federal do Pará como requisito para o Título de
Mestrado.

Área de Concentração: Gestão Ambiental
(Desenvolvimento Territorial e Ações Públicas Locais)

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Socorro Almeida Flores;
Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Rosana Quaresma Maneschy

BELÉM-PA
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)

- N244p NASCIMENTO, Aristoteles Alves do.
PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL NA
AMAZÔNIA: estudo sobre a macrozona de valorização
ambiental do município de Redenção, Estado do Pará /
Aristoteles Alves do NASCIMENTO. — 2023.
97 f. : il. color.
- Orientador(a): Prof^a. Dra. Maria Socorro Almeida Flores
Coorientador(a): Prof^a. MSc. Rosana Quaresma
Maneschy
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Núcleo do Meio Ambiente, Programa de Pós-Graduação em
Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na
Amazônia, Belém, 2023.
1. Amazônia. 2. Sociobioeconomia. 3. Ativos
Territoriais. 4. Governança Territorial Local. I. Título.

CDD 307.109811

ARISTÓTELES ALVES DO NASCIMENTO

**PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL NA AMAZÔNIA: ESTUDO
SOBRE A MACROZONA DE VALORIZAÇÃO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE
REDENÇÃO, ESTADO DO PARÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia (PPGEDAM) do Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará como requisito para o Título de Mestrado.

Área de Concentração: Gestão Ambiental
(Desenvolvimento Territorial e Ações Públicas Locais)

Defendido e aprovado em: ____/____/____

Conceito: ____

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a MARIA SOCORRO ALMEIDA FLORES - Orientadora
(PPGEDAM/NUMA/UFPA)
Presidente da Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a MARISE TELES CONDURÚ
(PPGEDAM/NUMA/UFPA)
Examinador Interno

Prof.^a Dr.^a MARIA CLAUDIA BENTES ALBUQUERQUE
(PPDMU/UNAMA)
Examinadora Externa

À minha mãe (in memoriam), creio que ela se alegraria, e muito, ao ver isto!
À minha querida esposa Jullyana de Sousa e ao meu amado filho João Miguel.
Aos meus familiares que sempre torceram por mim,

DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Uma jornada para obter o título de mestre é literalmente uma longa viagem!!!! Que inclui uma trajetória permeada por inúmeros desafios, tristezas, incertezas, alegrias e muitos percalços pelo caminho, mas apesar do processo solitário a que qualquer investigador está destinado, reúne-se contributos de várias pessoas, indispensáveis para encontrar o melhor rumo em cada momento da caminhada.

Trilhar este caminho só foi possível com o apoio, energia e força de várias pessoas, a quem dedico especialmente este projeto de vida.

Especialmente às minhas orientadoras, Professoras Doutoras Maria do Socorro Almeida Flores e Rosana Quaresma Maneschy, bem como ao apoio da Professora Dr^a Maria Claudia Bentes Albuquerque e Marise Teles Condurú, as quais acreditaram em mim. Agradeço às orientações exemplares pautadas por um elevado e rigoroso nível científico; por um interesse permanente e fecundo; por uma visão crítica e oportuna; por um empenho inexcedível e saudavelmente exigente, os quais contribuíram para enriquecer, com grande dedicação, passo a passo, todas as etapas subjacentes ao trabalho realizado.

A Universidade Federal do Pará que contribui com a transformação da sociedade por meio do conhecimento e da ciência. Em nome de todos os colaboradores do Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia, externo os meus mais sinceros agradecimentos.

Ao amigo de sempre, e companheiro de equipe de trabalho, Professor Doutor Renato Reis que acreditou e me incentivou incondicionalmente a iniciar esse projeto de vida. Agradeço o apoio e a motivação incondicional que ajudou a tornar este trabalho uma válida e agradável experiência de aprendizagem. Sou grato pela nossa amizade!

À minha equipe de trabalho que me apoiou incondicionalmente e em especial a Samira Alves e ao Clebson Magno, pois por inúmeros dias, horas e semanas ficou ao meu lado me aguardando terminar fase por fase. O que contribuiu de sobremaneira a trilhar a cada uma das etapas, que se materializa sempre em mais de dois mil quilômetros de estradas ruins que só! Sou grato a Deus por cada um de vocês!

Aos Professores da Faculdade Integrada Carajás em Redenção e aos colegas da 1^a Turma de Direito, porque me quiseram honrar com os seus votos e apoios, em especial às colegas Flávia, Bárbara e Vitória. Agradeço a confiança e a crença que depositaram em mim. Aos meus colegas de turma do PPGEDAM, em especial a Aúrea, Débora, Felipe, Márcia Ever,

Julliana, e Janaína, gratidão a todos por dividirem comigo, expectativas, muitos sorrisos e desesperos.

À minha família, por acreditar e encorajar-me naqueles momentos cruciais desta difícil jornada, em especial ao Alexandre, Claudivalda, Deusivalda e Marinalva, estou também especialmente grato.

A minha amada esposa, Jullyana Zuza, pelo amor, partilha, companheirismo e apoio incondicional. Agradeço a enorme compreensão, generosidade e alegria que sempre demonstrou em me ver buscando mais esse sonho.

Ao meu estimado filho João Miguel Zuza, que inúmeras vezes aceitou minha recusa de estar com ele para brincar ou simplesmente estar, em função desta jornada (“Filho, o Pai vai estudar!”). Mas saiba filho, que você sempre foi meu grande estímulo.

De forma mais preciosa, ao meu Senhor e Deus. Ele sabe que este era um sonho no qual tentamos inúmeras vezes e que tivemos de parar no meio do caminho; mas nunca deixei de acreditar que minha hora chegaria.

Por fim, o meu profundo e sentido agradecimento a todas as pessoas que contribuíram para a concretização desta dissertação, estimulando-me intelectual, pessoal, profissional e emocionalmente.

Muito Obrigado!

**“Há apenas uma maneira de evitar críticas: não falar, não fazer e
não ser nada”.**
(ARISTÓTELES)

RESUMO

Para a promoção e a definição de estratégias de desenvolvimento local, em territórios que possuem recursos únicos não transferíveis de uma região para outra, exige-se a identificação, valorização e a governança territorial de seus recursos e ativos territoriais. Para isso, o objetivo desta pesquisa foi analisar como a valorização e a especificação de ativos territoriais, na macrozona do município de Redenção/PA, podem contribuir para o desenvolvimento local em bases sustentáveis, considerando o processo histórico de produção do território atrelado aos arranjos e as políticas pública de desenvolvimento territorial e a proposição, por meio de um plano de ação, de estratégias sustentáveis de desenvolvimento local em suas múltiplas dimensões. Para tanto, em função da abordagem multidisciplinar qualitativa, a pesquisa assumiu como contexto empírico o território da macrozona de valorização ambiental do município de Redenção, no Estado do Pará; optou-se em associar pesquisas em fontes bibliográficas e documentais seguida de estudo de caso das cadeias de valores dos produtos da sociobiodiversidade desenvolvidos em forma de arranjo produtivo local com potencial de promoção de desenvolvimento local a partir da técnica de análise de conteúdo na escala territorial da pesquisa. Como resultados, houve a associação de ativos e recursos territoriais da macrozona de valorização ambiental de Redenção-PA, junto a mecanismos dinamizadores e estratégicos de governança territorial local a partir da combinação única de ativos, recursos e expectativas locais do território. Bem como, a evidência do processo de valorização e especificação de ativos territoriais presentes na macrozona de valorização ambiental de Redenção-PA, e suas relação com a construção do território a partir dos destaques aos ativos territoriais e os arranjos produtivos locais presentes. E, por fim, a sensibilização, entre os atores sociais presentes no território realçando, acerca da potencialidade dos recursos naturais presentes e o papel fundamental dos atores locais para a contribuição da promoção do desenvolvimento local por meio de processos participativos e democráticos de governança dos recursos naturais.

Palavras-Chave: Amazônia; Sociobioeconomia; Ativos Territoriais; Governança Territorial Local.

ABSTRACT

To promote and define local development strategies, in territories that have unique resources that cannot be transferred from one region to another, the identification, valorization and territorial governance of their territorial resources and assets are required. To this end, the objective of this research was to analyze how the valorization and specification of territorial assets, in the macrozone of the municipality of Redenção/PA, can contribute to local development on a sustainable basis, considering the historical process of producing the territory linked to the arrangements and public territorial development policies and the proposition, through an action plan, of sustainable local development strategies in their multiple dimensions. To this end, due to the qualitative multidisciplinary approach, the research took as its empirical context the territory of the macrozone of environmental valorization in the municipality of Redenção, in the State of Pará; it was decided to associate research in bibliographic and documentary sources followed by a case study of the value chains of socio-biodiversity products developed in the form of a local productive arrangement with the potential to promote local development based on the content analysis technique at the territorial scale of the search. As a result, there was an association of territorial assets and resources from the environmental valorization macrozone of Redenção-PA, together with dynamic and strategic mechanisms of local territorial governance based on the unique combination of assets, resources and local expectations of the territory. As well as, evidence of the process of valorization and specification of territorial assets present in the environmental valorization macrozone of Redenção-PA, and its relationship with the construction of the territory based on the highlights of the territorial assets and the local productive arrangements present. And, finally, awareness among social actors present in the territory, highlighting the potential of the natural resources present and the fundamental role of local actors in contributing to the promotion of local development through participatory and democratic processes of resource governance natural.

Keywords: Amazon; Sociobioeconomics. Territorial Assets. Local Territorial Governance.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Macrozona de Valorização Ambiental-Serras do Gradaús e Piaus, Redenção-PA...	19
Figura 2. Vista parcial aérea da macrozona de valorização ambiental de Redenção-PA.....	19
Figura 3. Propriedade rural presente no território da macrozona de valorização ambiental de Redenção-PA.....	20
Figura 4. Curso de água presente em uma propriedade rural localizada no território da macrozona de valorização ambiental de Redenção-PA.....	20
Figura 5. Represa de pescados presente em uma propriedade rural localizada no território da macrozona de valorização ambiental de Redenção-PA.....	21
Figura 6. Família de agricultores apoiada pelo órgão público local para plantio de ramas de mandioca em uma propriedade rural localizada no território da macrozona de valorização ambiental de Redenção-PA.....	21
Figura 7. Governança territorial e estrutura de valorização/especificação de um ativo territorial.....	42
Figura 8. Produtos territoriais da macrozona de valorização ambiental de Redenção-PA - Mandioca das serras.....	43
Figura 9. Macrozona de valorização ambiental de Redenção/Turismo de aventura desenvolvido por instrutores locais.....	46
Figura 10. Macrozona de valorização ambiental de Redenção/Mapa de potencial turístico....	47
Figura 11. Macrozona de valorização ambiental de Redenção/Mapa falado de locais de produção ou extrativismo com potencial de desenvolvimento local.....	52
Figura 12. Macrozona de valorização ambiental de Redenção/Mapa falado de locais de produção do turismo rural, da Mandioca das Serras e do Pescado Serrano.....	55

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1. Classificação metodológica da pesquisa.....	17
Quadro 2. Potenciais Turísticos da Macrozona de Valorização Ambiental de Redenção-PA..	48

LISTAS DE SIGLAS

APL	Arranjos Produtivos Locais
CBST	Cesta Básica de Serviços Territoriais
COEMA	Conselho Estadual de Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto Pesquisas Econômicas Aplicadas
Macro-ZEE	Macrozoneamento Ecológico Econômico
MMA -	Ministério do Meio Ambiente
ODS	Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
UFPA	Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
1.1	Objetivos.....	17
1.2	Metodologia.....	18
1.2.1	<i>Locus</i> da Pesquisa.....	19
1.3	Estruturação da Dissertação.....	23
2	PROCESSOS DE ATIVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA.....	25
2.1	Ativação e Valorização de Territórios.....	25
2.2	Recursos Territoriais Específicos Localizados na Fronteira da Amazônia Paraense.....	28
3	RECONHECIMENTO JURÍDICO DO DIREITO AO DESENVOLVIMENTO E SUA RELAÇÃO COM A MACROZONA DE VALORIZAÇÃO AMBIENTAL DE REDENÇÃO, PARÁ, BRASIL.....	30
3.1	Desenvolvimento e o Direito a Ser Desenvolvido como Direito Fundamental.....	30
3.2	O Território e a Proteção de Recursos Ambientais.....	33
3.3	A Criação da Macrozona de Valorização Ambiental no Município de Redenção no Pará Como Meio de Promoção do Desenvolvimento Local.....	34
4	ATIVOS TERRITORIAIS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA DESENVOLVIMENTO LOCAL DA MACROZONA DE VALORIZAÇÃO AMBIENTAL DE REDENÇÃO NO PARÁ.....	37
4.1	Processo de Construção do Território <i>locus</i> da pesquisa.....	37
4.2	Ativos Territoriais e Arranjos Produtivos Locais.....	39
4.3	Processos de valorização e especificação de ativos territoriais presente na Macrozona de Valorização Ambiental no Município de Redenção no Pará	46
4.3.1	Produto da Pesquisa.....	47
4.3.2	Ativos Territoriais presente na escala da pesquisa.....	49
4.3.3	Processos de valorização e especificação de ativos territoriais presente na Macrozona de Valorização Ambiental no Município de Redenção no Pará....	57
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
	REFERÊNCIAS.....	68
	APÊNDICES.....	79
	APÊNDICE A.....	
	Plano de ação para Promoção do Desenvolvimento Local na Macrozona de Valorização Ambiental de Redenção, Estado do Pará.....	80
	APÊNDICE B.....	
	Resumo dos trabalhos apresentados em Eventos Científicos durante o período deste Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia.....	92

1 INTRODUÇÃO

A noção contemporânea da definição de desenvolvimento local é polissêmica, pois pode apresentar-se útil para pensar alternativas e estratégias dentro de uma comunidade (Denardin *et al.* 2022). Nesse sentido, Flores *et al.* (2020) pontuaram que identificar ativos tangíveis existentes em um território consiste principalmente em uma estratégia de desenvolvimento local.

Por sua vez, Pecqueur (2004) associa-se a este diálogo, pois destacou que o desafio para a definição de estratégias de desenvolvimento local é representado pela capacidade dos atores locais em criar mecanismos institucionais. Bem como coletivos capazes de regular os usos dos recursos e as respectivas distribuições dos benefícios obtidos.

Diante disso, Dallabrida *et al.* (2021) evidenciou que para este processo de definição de estratégias de desenvolvimento local, a dimensão natural do patrimônio territorial – enquanto conjunto de recursos e atributos presentes no território – deve estar alinhado a compromissos que não ampliem as desigualdades sociais, nem tampouco a degradação ambiental.

Para tanto, a fim de reconhecer a retomada da potencialidade social e política do espaço, conceitua-se estratégias de desenvolvimento local, para um determinado território, como um caminho de desenvolvimento que reflete a combinação única de ativos, recursos e expectativas locais (Dallabrida *et al.* 2021). Para que, assim, promova-se uma resposta às desigualdades sociais, por meio da dinamização econômica e revitalização dos mercados locais, bem como da articulação com territórios mais amplos com estímulos à inovação social e à proteção ambiental.

Além disso, diante das abordagens acerca das concepções de territórios conjugou-se que, a partir de diferentes níveis significativos de territorialidades, há a expressão de uma prática espacial coletiva fundamentada na convergência de interesses, ainda que conflitiva e momentânea (Becker, 1988). Foi possível, ainda, associar o termo território às impressões apresentadas por Souza (1995), o qual compreende-o como um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. Isso porque, atualmente na Amazônia paraense, o uso do território configura-se como uma arena onde instituições estatais, do mercado e da sociedade civil se desafiam na gestão e na governança desses territórios buscando alcançar o compartilhamento por meios de ações e práticas de intervenção com objetivos de desenvolvimento (Flores *et al.* 2020).

Ademais, foi necessário também evidenciar a divisão de unidades territoriais realizada

por meio do macrozoneamento ecológico-econômico da Amazônia legal (Brasil, 2010). O qual derivou a formação de novas territorialidades Flores *et al.* (2020), e pôde ser identificado como territórios-rede, territórios-fronteira e territórios-zona. Todos esses com presença e incidência nos limites territoriais do Estado do Pará, assim concebidos e categorizados: i) territórios-rede, correspondentes às áreas de povoamento consolidado, caracterizado por predominância de redes, espacialmente descontínuo, com extrema mobilidade, com fluxos e/ou conexões suscetíveis de sobreposições; ii) os territórios-zona, com predominância de ecossistemas ainda preservados, com limites tendendo a ser demarcados e os grupos encontram-se significativamente enraizados; e, iii) os territórios-fronteira, que se constitui de franjas de penetração com diferentes estágios de ocupação da terra, na direção dos ecossistemas circundantes e nos limites dos territórios-rede (Brasil, 2010).

Nesse sentido, destaca-se Cazella *et al.* (2021) ao dialogarem com essa concepção, pois afirmam que, nos contextos amazônicos para o desenvolvimento dessas unidades territoriais, torna-se necessário dar conta da sobreposição de vários processos. Bem como entender que todos possuem elevados potenciais de conflitualidade.

Diante disso e das representações das concepções epistemológicas, com convergências às abordagens de desenvolvimento local, acreditou-se ser possível propor estratégias para o desenvolvimento local de territórios, a fim de considerar os sistemas econômicos e sociais a partir de suas conexões ambientais, como parte de um novo entendimento sistêmico e multidimensional do desenvolvimento, contribuindo para a interpretação de problemáticas que captam aspectos da melhoria da qualidade de vida e bem-estar das populações, em prol da sustentabilidade e do desenvolvimento local (Denardin, 2016).

Assim, ao avaliar o município de Redenção, no Estado do Pará, afirmou-se que este integra a fronteira amazônica como um espaço de expansão da atividade capitalista, nos limites entre a Amazônia e o Cerrado brasileiro (IBGE, 2022). Além de estar localizado em unidades territoriais denominadas território-rede (Brasil, 2010), correspondentes à área de povoamento consolidado, caracterizado por predominância de redes, espacialmente descontínua, com extrema mobilidade, fluxo e/ou conexões suscetíveis de sobreposições.

E, de acordo com a Lei Complementar Municipal n. 128/2022, que institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental do município de Redenção-PA, o território municipal foi subdividido em macrozonas, caracterizadas como espaços territoriais homogêneos (Redenção, 2022). Entre os quais, distinguem-se a macrozona de valorização

ambiental, representada por uma porção do território rural – localizada na região das serras dos Gradaús e Piaús –, o objeto desta análise.

Destacou-se ainda que, conforme Redenção (2018) para este território, no ano de 2018, o município de Redenção-PA, propôs a criação de marco legal para a instituição de uma unidade municipal de conservação da natureza, nos moldes da Lei Federal nº 9.985/2000. Contudo, mesmo com a viabilidade técnica apresentada pelos estudos confeccionados, por uma série de eventos, a proposta não foi recepcionada.

Diante desse contexto e conforme às abordagens já conjugadas, a fim de contribuir com a definição de estratégias para o desenvolvimento local deste território, representado por meio de um plano de ação de valorização de ativos territoriais, esta pesquisa, partiu inicialmente da análise do diagnóstico socioeconômico e ambiental da macrozona de valorização, produzido pelo órgão executivo municipal de Redenção-PA (2018).

Isso porque foi presumido que a escala local da pesquisa, representada pela macrozona de valorização ambiental seja constituída também como uma arena política com a presença de ativos territoriais específicos com potenciais serviços ecossistêmicos. Os quais podem ser associados a mecanismos dinamizadores de governança territorial que contribuem para o desenvolvimento local.

Ressaltou-se ainda, à importância deste reconhecimento, com a respectiva associação a instrumentos de proteção e valorização de ativos territoriais – de acordo com Oliveira (2018) – que podem ser estratégias de aglutinação de esforços. Assim como de indução do desenvolvimento local para um determinado território na Amazônia paraense.

Nesse sentido, conceituou-se ativos territoriais como recursos específicos com diferencial de origem e potencial de contribuição para o desenvolvimento local. Uma vez que sua ativação e valorização proposta como estratégia por diversos agentes de desenvolvimento.

No Pará, por exemplo, o potencial de indicação geográfica, por exemplo, de diversos produtos começa a ser estimulado por agentes públicos e privados e a ser pesquisado pela academia como a Farinha de Bragança (De Oliveira, 2015), Queijo do Marajó (Cruz *et al*, 2015; Cruz, 2017), o Cacau da Transamazônica (Valente, 2012).

Diante disso, fez-se imperiosa a compreensão acerca de como os ativos territoriais são construídos e consolidados em um território. Isso porque podem ser oriundos, conforme Oliveira (2018), de resultados de sistemas territoriais de atores que incorporaram organizações produtivas e aprendizados territoriais para resolução de problemas e desafios inerentes às

dinâmicas de desenvolvimento local.

Do mesmo modo que se concorda com a identificação e ativação dos recursos específicos de um território, como fator de contribuição do desenvolvimento local na Amazônia paraense, argumentou-se de que forma seria possível contribuir para o desenvolvimento local em suas múltiplas dimensões na macrozona de valorização ambiental do município de Redenção, Estado do Pará, por meio de seus ativos territoriais.

De outro modo, esperou-se também contribuir com a promoção do desenvolvimento local no território representado pela macrozona de valorização ambiental, alinhado aos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS); uma vez que abrange os objetivos: 8. trabalho decente e crescimento econômico, ao contribuir com o potencial de geração de emprego e renda com bases sustentáveis no território; 10. redução das desigualdades ao evidenciar modelos de produção de produtos e serviços integradas às especificidades únicas existentes no território; 11. cidades e comunidades sustentáveis, ao demonstrar as relações locais com a construção do território a partir dos destaques dos ativos territoriais e dos arranjos produtivos locais presentes.

E, por fim, os ODS 13. ação contra a mudança global do clima e 15. proteger a vida terrestre, sustentados a partir da sensibilização, entre os atores sociais presentes no território realçando, acerca da potencialidade dos recursos naturais presentes e seu o papel fundamental para a contribuição da promoção do desenvolvimento local por meio de processos participativos, democráticos com respectiva proteção aos recursos naturais e seus serviços ecossistêmicos associados.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo geral

Analisar como a valorização e a especificação de ativos territoriais na macrozona de valorização ambiental, do município de Redenção-PA, podem contribuir para o desenvolvimento local em bases sustentáveis.

1.1.2 Objetivos específicos

1. Descrever o processo histórico de produção do território de Redenção-PA identificando os arranjos institucionais e políticas públicas voltadas para a promoção do desenvolvimento local na macrozona de valorização ambiental.
2. Analisar os principais ativos territoriais presentes na macrozona de valorização ambiental de Redenção-PA com potencial para contribuir com o desenvolvimento local.
3. Elaborar um plano de ação com proposições e estratégias sustentáveis de desenvolvimento local em suas múltiplas dimensões, a ser enviado ao órgão executivo responsável pelo ordenamento territorial e ambiental da macrozona de valorização ambiental de Redenção-PA.

1.2 Metodologia

A natureza da pesquisa é classificada como aplicada, haja vista sua possibilidade de gerar conhecimento de aplicação prática para problemas específicos (Gil, 2008).

Nesse sentido, para o alcance dos objetivos desta pesquisa, foram impostas atividades descritivas com abordagem qualitativa (Gil, 2008). A fim de, com isso, possibilitar a obtenção de informações ou respectivas sistematizações para a análise de como a valorização e a especificação de ativos territoriais na macrozona de valorização ambiental, do município de Redenção-PA, podem contribuir para o desenvolvimento local em bases sustentáveis.

Para tanto, na condução dos estudos, optou-se por combinar na abordagem qualitativa a associação das pesquisas bibliográficas e documental, seguidas de estudo de caso com o uso da técnica de análise de conteúdo (Bardin, 1977), a qual permite a análise das observações do pesquisador, considerando as cadeias de valores dos produtos da sociobiodiversidade (Almeida, 2012) desenvolvidos em forma de arranjo produtivo local e com potencial de promoção de desenvolvimento local na escala territorial da pesquisa – conforme sintetizado no Quadro 1.

Quadro 1 - Classificação metodológica da pesquisa.

Objeto da pesquisa	Especificação e a valorização de ativos territoriais presentes na macrozona de valorização ambiental de Redenção, Estado do Pará
Tipo de pesquisa	Descritiva
Enfoque da pesquisa	Qualitativa
Estratégias de pesquisa	Bibliográfica, documental e estudo de caso
Técnicas	Análise de Conteúdo

Fonte: Elaborado pelo autor.

De forma mais detalhada acerca do uso da abordagem qualitativa, esta esteve presente quanto ao procedimento de coleta de dados, por meio de uma revisão bibliográfica de fontes já teorizadas e adjetivadas (Minayo; Sanches, 1993), fazendo uso e análise dos estudos e diagnósticos produzidos pelo órgão executivo municipal de Redenção-PA (2019), e por conseguinte, através da avaliação dos respectivos relatórios de estudos técnicos complementares aqui classificados como fontes de pesquisa documental (Gil, 2008). Os quais, apoiaram a descrição do processo histórico de produção do território de Redenção-PA e a

análise dos principais ativos territoriais presentes na macrozona de valorização ambiental do município com potencial para contribuir no desenvolvimento local.

De forma complementar, foi realizado um estudo de caso (Yin, 2001; Gil, 2002) acerca das principais cadeias de valores presentes na macrozona de valorização ambiental de Redenção-PA com evidência às associações da produção de mandioca das serras, pescado serrano e serviços locais de turismo rural desenvolvidos em forma de arranjo produtivo local.

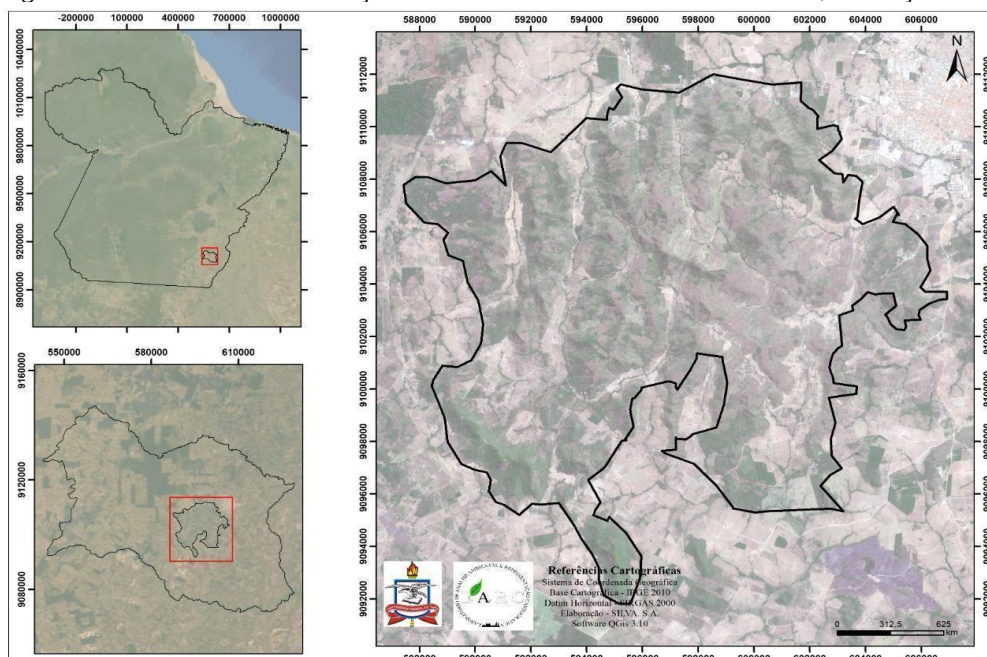
Tais procedimentos, associados com a técnica de observação sistemática (Bruyne *et al*, 1991), permitiram as descrições dos fenômenos e dos aspectos possibilitando o alcance dos objetivos pretendidos (Calixto, 2009). Bem como, da obtenção de dados qualitativos (Denzin E Lincoln, 2000), classificados como fonte direta de dados descritivos (Creswell, 2007).

Os resultados obtidos compreenderam integradamente as múltiplas dimensões desta pesquisa, assim foi possível realizar a interpretação de fatores, tais como: a coordenação dos atores privados dentro de cada setor produtivo; a existência, ou não, de cooperativas ou associação; o número de atores que participam dessas organizações; a existência de canais de comunicação entre os diferentes atores e a capacidade de desenvolverem ações em conjunto, em função das especificidades dos produtos e serviços do território suas principais potencialidades e fragilidades. O que possibilitou, então, a criação e a proposição de um plano de ação com estratégias sustentáveis de valorização dos recursos e ativos territoriais da macrozona de valorização ambiental de Redenção-PA.

1.2.1 Lócus da Pesquisa

A pesquisa assumiu – como contexto empírico – o território da macrozona de valorização ambiental da cidade de Redenção, no Estado do Pará, delimitada geograficamente conforme plano diretor de desenvolvimento urbano ambiental do município, representado, na Figura 01 – Macrozona de Valorização Ambiental de Redenção-PA (Redenção, 2022). Considera-se que essa escolha se deu em função do potencial que os recursos territoriais específicos presentes podem contribuir com o desenvolvimento local em bases sustentáveis a partir de sua valorização.

Figura 1– Macrozona de Valorização Ambiental – Serras do Gradaús e Piaus, Redenção/PA.



Fonte: Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental do município de Redenção, Estado do Pará, 2022.

Este território está situado na zona rural do município de Redenção, no Estado do Pará, com uma área aproximada de 22 (vinte e dois) mil hectares – representado parcialmente conforme figura 02 – e é formada por um conjunto de serras denominadas gradaús e piaus.

Figura 2 – Vista parcial aérea da macrozona de valorização ambiental de Redenção-PA.



Fonte: Acervo Próprio (2022).

Segundo o relatório de pesquisa (Redenção, 2018) acerca da caracterização socioeconômica e fundiária das serras dos gradaús e piaus, este território oferta serviços ecossistêmicos. Tais como: recarga hídrica de aquíferos subterrâneos localizado em sua

microbacia hidrográfica; turismo de natureza; pesquisas científicas e contemplação de beleza cênica; apresenta cadeias e arranjos produtivos locais voltados para a produção leiteira, pesca, pecuária e de produtos agrícolas (Redenção, 2018).

As figuras 3 a 6, retratam parte desse potencial, sendo que a figura 3, representa locais de prestações de serviços, por meio da comercialização de alguns produtos territoriais, a turistas que visitam a região. A figura 4, por sua vez, é um exemplo de recursos naturais únicos dos territórios, representado por corredeiras e cursos de águas naturais presentes em algumas propriedades rurais. Enquanto, as figuras 5 e 6, representam ativos territoriais com potencial de ativação na macrozona de valorização ambiental de Redenção-PA.

Figura 3 – Propriedade rural presente no território da macrozona de valorização ambiental de Redenção-PA.



Fonte: Acervo Próprio (2022).

Figura 4 – Curso de água presente em uma propriedade rural localizada no território da macrozona de valorização ambiental de Redenção-PA.



Fonte: Acervo Próprio (2021).

Figura 5 – Represa de pescados presente em uma propriedade rural localizada no território da macrozona de valorização ambiental de Redenção-PA.



Fonte: Acervo Próprio (2022).

Figura 6 – Família de agricultores apoiada pelo órgão público local para plantio de ramas de mandioca em uma propriedade rural localizada no território da macrozona de valorização ambiental de Redenção-PA.



Fonte: Secretaria Municipal de Agropecuária e Aquicultura /Prefeitura Municipal de Redenção-PA.

1.3 ESTRUTURAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

A dissertação está estruturada na forma de seções, além da introdução, objetivos e a metodologia, que apesar de independentes, estão interrelacionados em relação ao seu conteúdo.

Optou-se por essa organização para dar uma melhor sequência lógica na abordagem do tema. De modo que, dessa maneira, houvesse um melhor entendimento sobre a fundamentação das informações adquiridas para a construção dos argumentos aqui apresentados, ao final:

- Seção 2, “Processos de Ativação e Valorização de Recursos Naturais na Amazônia Brasileira”, buscou-se afirmar que os produtos relacionados com as características de um território estão vinculados às “condições naturais, ao saber-fazer e a existência de cooperação dos atores”, e sua identificação consiste principalmente em uma estratégia de desenvolvimento local que se materializam partir do desenvolvimento da capacidade dos atores locais de criar mecanismos institucionais capazes de regular os usos dos recursos e as respectivas distribuições dos benefícios obtidos, bem como, reduzir as desigualdades sociais, e promoção da proteção ambiental.
- Seção 3, “Reconhecimento Jurídico do Direito ao Desenvolvimento e sua relação com a Macrozona de Valorização Ambiental de Redenção-PA”, buscou-se evidenciar a importância do reconhecimento do valor jurídico do direito ao desenvolvimento para fortalecimento do valor Humano e da legitimação da perspectiva emancipatória de sujeito de direitos, resgatando ainda, fontes materiais e formais desse direito, responsáveis para conferir validade jurídico-positivista ao direito ao desenvolvimento..
- Seção 4, “Ativos Territoriais e suas Contribuições para o Desenvolvimento Local na Macrozona de Valorização Ambiental de Redenção no Pará”, destacou-se os territórios como lugares únicos resultantes de manifestação de atores locais, os quais atuam de forma articulada ou não, a partir das políticas públicas desenvolvidas pelo Estado, para a sustentação de seus ativos territoriais, exigindo destes atores, por sua vez, a interação entre si possibilitando e contribuindo com a construção de um olhar sistêmico a partir dos seus próprios ativos e recursos, considerado como um processo social e evolutivo de aprendizagem coletiva, bem como, propulsor para o desenvolvimento territorial local.

- Seção 05, “Considerações Finais”, evidencia o nível de alcance geral dos objetivos da pesquisa, destacando comentários para cada seção anteriores, somado à apresentação do nível de contribuição da pesquisa para a promoção do desenvolvimento local na macrozona de valorização ambiental de Redenção-PA, suas limitações e possíveis novos aprofundamentos para a pesquisa.

2 PROCESSOS DE ATIVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Podemos afirmar que os produtos relacionados com as características de um território estão vinculados às condições naturais, ao saber-fazer e a existência de cooperação dos atores, e sua identificação consiste principalmente em uma estratégia de desenvolvimento local. Neste sentido, essa seção procura apresentar as principais abordagens teóricas que evidenciam essas condições e materializam-se partir do desenvolvimento da capacidade dos atores locais de criar mecanismos institucionais capazes de regular os usos dos recursos e as respectivas distribuições dos benefícios obtidos, bem como, reduzir as desigualdades sociais, e promoção da proteção ambiental.

2.1 Ativação e Valorização de Territórios

Partindo do princípio de que diferentes graus de intensidade no vínculo entre um produto e sua origem pode ou não representar uma característica diferenciadora ou uma qualidade específica, é possível afirmar que na Amazônia novas configurações e conhecimentos territoriais podem ser produzidos quando saberes heterogêneos são articulados e combinados.

Haja vista que De Paula (2019) destaca que os processos de ativação e valorização de recursos territoriais específicos podem diferenciar os territórios presentes dos demais – principalmente, ao contrapor-los ao regime de concorrência baseado na produção padronizada tradicional.

Diante disso, Oliveira (2018) evidencia que essas ações podem ser classificadas como estratégias de aglutinação de esforços e de indução do desenvolvimento local para um determinado território. E de outro modo, destaca que

[...] o processo de identificação e ativação de recursos específicos territoriais são construídos e consolidados em um território, os quais podem ser oriundos de resultados de sistemas territoriais de atores que incorporam organizações produtivas e aprendizados territoriais para resolução de problemas e desafios inerentes às dinâmicas de desenvolvimento local (Oliveira, 2018).

Pecqueur (2004) salienta que “os aprendizados territoriais para resolução de problemas e desafios inerentes às dinâmicas de desenvolvimento local em um território com fins de especificação e ativação por si só se revela em uma inovação territorial”. Haja vista que o resultado do processo da combinação de recursos em ativos específicos é indissociável da

história longa, da memória social acumulada e de um processo de aprendizagem coletiva (aquisição de conhecimento) da parte de atores sociais de um território (Pecqueur, 2005).

Assume-se, portanto, nesta abordagem que a inovação territorial consiste no olhar sistêmico que sustenta territórios inovadores a partir dos seus próprios ativos e recursos (Rondé; Husller, 2005). Isso devido ser considerada um processo social e evolutivo de aprendizagem coletiva e um fator propulsor para o desenvolvimento local (Johnson, 2008).

Além disso, de acordo com De Paula (2019), um dos grandes desafios para a definição de estratégias de desenvolvimento local se encontra no processo de apropriação de recursos de um território; a fim de, assim, transformá-los em ativos específicos.

Para tanto, De Paula (2019) afirma ainda que o processo de transformação de um recurso territorial em ativo específico pode ocorrer se houver condições para a produção ou a criação de tecnologia. Ou seja, é necessário a ocorrência de externalidades positivas que possam contribuir para o desenvolvimento coletivo da especificidade do produto ou serviço territorial. Desde que esteja em consonância com o trabalho dos atores territoriais e com o intuito de culminar na elaboração de ativos específicos que manifestam a identidade do território (Pecqueur, 2006).

Conforme a Lei Federal n. 9.279/1996, a estratégia de especificação de ativos e recursos territoriais no Brasil conta com uma importante ferramenta de apoio representada pelas indicações geográficas em forma de indicação de procedência ou de denominação de origem. Enquanto a primeira exige notoriedade do local de origem do produto ou serviço; a segunda exige comprovação de que produto ou serviço possui qualidade ou características que se devem essencialmente à região geográfica de origem.

Concordante com Reis (2015) é nesse contexto de diferenciação de produtos e serviços que emergem discussões relacionadas a contribuições que as indicações geográficas oferecem ao desenvolvimento regional; mas somente a partir do reconhecimento de que produtos e serviços podem possuir forte relação com a região de produção.

Ademais, o fenômeno de interação e cooperação nas aglomerações produtivas – que deram origem ao conceito de arranjos produtivos locais (Dias, 2011) – presentes no país, contribuem de forma semelhante à valorização da reputação e especificidade territorial de produtos dos territórios. Em função de considerar a qualificação da produção, a competição no mercado pela qualidade e pelo diferencial do produto (Dallabrida; Benedetti, 2016).

Diante disso, pode-se afirmar que os processos de ativação e valorização de recursos

territoriais específicos se dão por meio do envolvimento e de trabalhos participativos. Haja vista que a oferta de produtos e de serviços territoriais – associados a cenários de bens públicos territoriais e de valor – são um importante meio de promoção do desenvolvimento territorial local ao longo do tempo. Isso por meio da diferenciação de produtos e serviços relacionadas às contribuições que as indicações geográficas oferecem ou por meio de fenômeno de interação e de cooperação das aglomerações produtivas em forma de arranjos produtivos locais.

Nesse sentido, o processo de ativação e de valorização de recursos territoriais específicos consiste, portanto, na qualificação e diferenciação de recursos que os atores locais revelam nas ações de construção de um território em desenvolvimento (De Paula, 2019).

Já para Pecqueur (2001), a oferta de produtos e serviços territoriais associados a cenários de bens públicos territoriais e de valor culminam como se fossem o ponto máximo de maturação em um

[...] “território construído” à medida que a geração de uma renda de qualidade territorial, é capaz de superar a renda obtida por meio da venda de produtos e serviços de qualidade superior de forma isolada ou desconectada entre si. Nessa concepção, o próprio território é o “produto” comercializado. Para tanto, os diferentes atores locais – públicos, privados e associativos - precisam articular suas ações mercantis e não-mercantis com o propósito de criar uma oferta heterogênea e coerente de atributos territoriais (Pecqueur, 2001).

Assim é possível afirmar que esta oferta constitui uma combinação entre produtos e serviços de qualidade, resultado de uma estratégia territorial de longo prazo, que envolve atores locais e consumidores. À vista disso o papel da demanda é particularmente importante, uma vez que os consumidores atuam de forma ativa no processo de valorização de produtos e serviços territoriais; bem como nas atividades turísticas, as quais representam, em particular, um importante elo entre produtos e território (François *et al.*, 2013).

A hipótese central do enfoque da oferta de produtos e serviços territoriais associados a cenários de bens públicos territoriais e de valor é que o consumidor adquire um produto com notória qualidade territorial e descobre a especificidade de outros produtos provenientes do mesmo local. Em muitos casos, a existência de uma “oferta de produtos e serviços territoriais” está associada a um produto líder que atrai o consumidor para a compra de outros bens ou de serviços que reforçam a imagem do território (Pecqueur, 2001).

Dessa forma, a oferta de produtos e serviços territoriais associados a cenários de bens públicos territoriais e de valor podem apresentar quatro componentes fundamentais:

a) Oferta de produtos e/ou serviços e serviços privados que se ancoram no território,

ou seja, bens específicos e complementares que carregam em si a imagem do território; b) Demandas específicas ligadas a produtos de alta qualidade, que se diferenciam por terem uma reputação, de acordo com as características do território; c) Valorização da oferta de produtos e serviços territoriais por meio do cenário - recursos públicos associados à paisagem, biodiversidade, patrimônio histórico, cultural e arquitetônico; d) Coordenação coerente entre os atores territoriais envolvidos de forma a construir um sistema de governança territorial (Mollard; Pecqueur, 2007).

Essa abordagem se contrapõe ao princípio da homogeneização dos processos de desenvolvimento econômico tradicional; visto que se caracteriza como um enfoque apropriado às particularidades de territórios marginalizados baseado na noção de produtividade com um modelo pautado pela “qualidade” (Pecqueur, 2001).

Diante disso, resta afirmar que um modelo de desenvolvimento local pautado na oferta de produtos e de serviços territoriais – associados a cenários de bens públicos territoriais e de valor – deve ter estreita correlação com o grau de descentralização político-administrativa do Estado; cujo sucesso é uma variável dependente da qualidade das iniciativas locais. Para De Paula (2019), esse estilo de desenvolvimento corresponde a um processo de informação, educação e de formação que procura, consequentemente, requalificar o saber-fazer local, inclusão de novas tecnologias e modelos inéditos de desenvolvimento no processo de construção do desenvolvimento local.

2.2 Recursos Territoriais Específicos Localizados na Fronteira da Amazônia Paraense

Na tentativa de realçar as abordagens conceituais para recursos territoriais específicos localizados na fronteira da Amazônia Paraense, cabe inicialmente evidenciar, dentre as contribuições brasileiras a analogia que Santos e Silveira (2008), faz de “território em si” e o “território usado”,

O primeiro se refere à forma e se assemelha à noção de espaço natural, não possuindo valor como categoria de análise. O segundo é entendido como questão histórica, isto é, o território transformado, “vivo, vivendo”, o qual revela suas “ações passadas e presentes, mas já congeladas nos objetos”, pois toda ação humana tem uma base territorial (Santos e Silveira, 2008).

Portanto, é sobre esta segunda categoria que deve recair esta abordagem, evidenciando ao mesmo tempo, Sack (1986) ao afirmar que, o território constitui expressão de um espaço dominado por um grupo de pessoas que fazem uso deste domínio para manter controles e influências sobre o comportamento de outros, exercendo relações de poder cujo processo de construção social e dinâmica relacional variam no tempo e no espaço.

Diante deste contexto, e para a identificação dos recursos territoriais específicos localizados na fronteira da Amazônia Paraense, deve-se destacar Nogueira (2014), o qual descreve que no rastro das “descobertas” de várias “Amazônia” ao longo do tempo, emergiram vários territórios, todos com suas respectivas fronteiras envolvendo culturas e relações sociais distintas, coexistindo e inter-relacionando entre si.

Para tanto, evidencia-se que, dentre as modalidades de classificação de unidades territoriais, o Estado brasileiro – para o melhor exercício do controle territorial- , definiu a partir do macrozoneamento ecológico-econômico da Amazônia Legal, a região de integração do Araguaia-Tocantins, como territórios-rede, localizada em meio à franca expansão da atividade do capitalismo, apresentando recursos e ativos territoriais específicos que moldam comportamentos, relações sociais, culturais e de poder nos diversos territórios que a compõem, devendo ser criadas agendas de projetos e programas de desenvolvimento regional para a transição a um desenvolvimento vinculado à bases sustentáveis.

Contudo, ocorre que, segundo Nogueira (2014), as estratégias de desenvolvimento propostas por quase toda a segunda metade do século XX estavam pautadas em um pensamento de cima para baixo que negava a diversidade ambiental, econômica e sociocultural da região, e que viam o espaço geográfico amazônico como possibilidades de exploração dos recursos naturais (a exemplo das madeiras e dos minérios) e também da transformação da paisagem com incentivo à produção agropecuária destinada à exportação de carne e grãos de soja.

Essa lógica da homogeneização regional era pautava-se pela crença de que os agentes locais não tinham condições de atuar como força propulsora do desenvolvimento regional, pela predominância de práticas autoritárias, pelo deslocamento social das instancias envolvidas no processo de elaboração e execução das políticas de desenvolvimento, pela convicção na superioridade e na maior eficiência das grandes estruturas produtivas e pela rejeição dos sistemas produtivos que operam em pequena escala, apontados como tradicionais, de baixa rentabilidade e ambientalmente imprudentes (Nogueira, 2014).

Atualmente existem propostas de desenvolvimentos territoriais que contrariam essa lógica histórica de padronização de desenvolvimento regional e propõem uma retomada e valorização dos conhecimentos tradicionais como mecanismo de desenvolvimento local. Sob esse prisma, Flores *et al.* (2020) pontuam que identificar ativos tangíveis existentes em um território consiste principalmente em uma estratégia de desenvolvimento local.

Apesar que, os inúmeros recursos territoriais localizados na fronteira da Amazonica Paraense, ainda não foram identificados ou ativados como recursos específicos territoriais, é importante registra-se as suas potencialidades em contribuir com a promoção do

desenvolvimento local, tendo em vista, os diversos sistemas territoriais, atores que incorporam as organizações produtivas e as dinâmicas sociais e culturais locais.

3 RECONHECIMENTO JURÍDICO DO DIREITO AO DESENVOLVIMENTO E SUA RELAÇÃO COM A MACROZONA DE VALORIZAÇÃO AMBIENTAL DE REDENÇÃO-PA

A importância do reconhecimento do valor jurídico do direito ao desenvolvimento reside no fortalecimento do valor Humano e na legitimação da perspectiva emancipatória de sujeito de direitos. Neste sentido esta seção pretende discorrer sobre o conceito de desenvolvimento e o direito a ser desenvolvimento como direito fundamental, adicionando à essa perspectiva, dois planos que coexistem e se inter-relacionam com a pesquisa: i) o território e a proteção ambiental; ii) a criação da macrozona de valorização ambiental no município de Redenção no Pará como meio de promoção do desenvolvimento local, resgatando ainda, fontes materiais e formais desse direito, responsáveis para conferir validade jurídico-positivista ao direito ao desenvolvimento.

3.1 Desenvolvimento e o Direito a Ser Desenvolvido como Direito Fundamental

Uma vez que as questões territoriais, tanto nas escalas regionais quanto locais, devem ser compreendidas dentro da totalidade do processo de desenvolvimento, constituindo-se como um importante instrumento e pressuposto ideológico para o ordenamento do território. Reconhece-se preliminarmente a necessidade da compreensão acerca do termo desenvolvimento com enfoque territorial.

Neste sentido é possível conceituá-lo a partir das lógicas de desenvolvimento keynesiana e social-reformista, (Vasconcellos Sobrinho, 2013), às quais correspondem, respectivamente, ao Estado como agente indutor do desenvolvimento e o Estado como agente apoiador do desenvolvimento; pois, assim, ratifica a evidência de sua necessidade e participação na definição de políticas públicas que possam dar suporte à lógica de desenvolvimento local de um território.

Cabe também mencionar, Sátiro *et al* (2015), que busca em sua obra (re)conhecer a legitimidade e o valor jurídico do direito ao desenvolvimento no plano internacional e constitucional à luz da interpretação sistêmica do princípio interpretativo *pro homine* (aquele que assegura, no conflito de normas, aquela que mais amplia os direitos e garantias fundamentais da pessoa humana), que fundamenta a hermenêutica emancipatória dos direitos humanos.

Conforme Ferreira (1992), que direito humano ao desenvolvimento, engloba

dimensões jurídicas como também extrajurídicas, de modo a ser enquadrado enquanto direito subjetivo com caráter metajurídico (que não é passível de análise convencional), em razão da permanente interação dos fatores exógenos (sociais, políticos, culturais, históricos, ambientais e morais) com os elementos endógenos (jurídicos-positivo).

Neste sentido, podemos afirmar, conforme Piovesan (2010), que as abordagens do conceito de desenvolvimento compreende um processo econômico, social, cultural e político, com o objetivo de assegurar a constante melhoria do bem-estar da população e dos indivíduos, com base em sua ativa, livre e significativa participação neste processo, orientado pela justa distribuição dos benefícios dele resultantes.

Podemos dizer ainda que, seguindo essa lógica, é necessário compreender a percepção do direito ao desenvolvimento de forma contextual, enquanto expressão de um fenômeno jurídico complexo que invoca a necessidade de percepção de outros fenômenos sociais e humanos que interagem com esse direito de modo a ser considerado um “direito plataforma” para o exercício de outros direitos.

Dito isso, e no intuito de apresentar indicações que reconhecem o direito ao desenvolvimento como um direito humano inalienável, evidencia-se que no plano internacional, este reconhecimento deu-se a partir da primeira manifestação jurídico-normativa ocorrida por meio da Resolução nº 41/128 da Assembleia Geral das Nações Unidas, estabelecendo em 4 de dezembro de 1986 a Declaração do Direito ao Desenvolvimento, e identifica em seu art. 1º o direito ao desenvolvimento como um direito humano inalienável, em virtude do qual toda pessoa e todos os povos estão habilitados a participar, a ele contribuir e dele desfrutar, no qual todos os direitos humanos e liberdades fundamentais possam ser plenamente realizados.

E, de acordo com Sátiro *et al.* (2016), essa referência se apresenta em diversas manifestações conceituais em que é possível verificar, a existência de amplas interpretações que traduzem esse direito, por meio de variadas perspectivas, sejam elas: social, econômica, política, cultural, histórica e ambiental.

Nesse ponto, relevante a contribuição do direito internacional ao inserir na ordem jurídica o reconhecimento ao desenvolvimento como um direito humano inalienável, conforme destacam Sátiro *et al.* (2016) ao afirmar que a sua importância reside na necessidade do fortalecimento do valor humano, em detrimento da razão do Estado, de modo a legitimar a perspectiva emancipatória de sujeito de direitos no âmbito interno e externo.

Por sua vez, no plano interno, a Constituição Brasileira, de 1988, estabeleceu em seu

artigo 3º, II, o desenvolvimento nacional como um dos objetivos da República Federativa do Brasil. No entanto, o desenvolvimento é enunciado como um programa de ação do governo, em detrimento da concepção integral e indivisível do sujeito e da coletividade que fazem jus ao desenvolvimento em todas as suas dimensões (Moraes, 1998). O que não reconhece expressamente o direito ao desenvolvimento no Título II dos direitos e garantias fundamentais, ainda que apresente diversas manifestações sobre o desenvolvimento, em suas formas territorial, social, econômica, cultural e ambiental (Sátiro *et al.* 2016).

Dessa maneira, ressalta-se a importância da busca pelo reconhecimento do valor jurídico do direito humano ao desenvolvimento à luz da cláusula de abertura material dos direitos fundamentais, previsto no art. 5º § 2º da Carta da República; a fim de, com isso, evidenciar a missão constitucional do Estado, no sentido de prospectar e induzir o desenvolvimento local.

Sob o aspecto da promoção do desenvolvimento local por meio da ação estatal, representado na Constituição Brasileira, de 1988, em seu artigo 3º, II, exige o uso de técnicas de programação dos investimentos, uma vez que aplica os recursos públicos de forma ordenada e os coordena com o quadro de referência institucional-normativo, em amplo espectro temporal, para a obtenção de fins coletivos (Brasil, 2010).

Assim, pode-se afirmar que, a construção do direito do desenvolvimento local, implica no resgate da capacidade plena de intervenção estatal, a qual constitui uma tarefa que demanda reversão de um processo de enfraquecimento do Estado iniciado há algumas décadas – além de ser guiada pela vaga ideológica neoliberal e representada pelo desmonte da capacidade do Estado para promover e conduzir processos de desenvolvimento. Haja visto que, tal ausência reflete conforme anunciado por Flores (*et al.* 2021), no desenvolvimento de modelos de atividades predatórias, de forma assistemática, pois desencadeia o aumento das desigualdades sociais e degradação ambiental.

Ainda sob esse aspecto, Cazzela *et al.* (2021) evidência que nos contextos amazônicos, para o cumprimento da missão constitucional do Estado, no sentido de prospectar e induzir o desenvolvimento local, torna-se necessário dar conta de sobreposição de vários processos, todos com elevado potencial de conflitualidade.

Além do caráter provisório dos territórios construídos, os quais, notadamente nesses contextos, pressupõe conceituá-los como esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, a fim de

convertê-lo em seu território (Little, 2002) e, portanto, associá-lo como um produto histórico de processos sociais e políticos.

Ao considerar a necessidade de acentuar a compreensão da participação social nos processos de construção do desenvolvimento local, Vasconcellos Sobrinho *et. al* (2018) observa que participação social passa a ser vista como um mecanismo efetivo de promoção e engajamento de diversos atores da sociedade; o que diminui, enfim, os conflitos em favor da coletividade do território.

De outro modo, ao observar o plano jurídico-normativo do município à luz da aplicação do valor jurídico do direito humano ao desenvolvimento com enfoque territorial, cabe destaque à Lei Complementar Municipal n. 128/2022, que institui o plano diretor de desenvolvimento urbano e ambiental do município de Redenção-PA, o qual parece alinhar com os objetivos do desenvolvimento (ODS) conforme já conjugado.

E, ainda sob esse aspecto, evidencia a aplicação do preceito constitucional por meio das referências normativas presentes na Lei Federal n. 10.257/2011 (estatuto da cidade), o qual permite possibilitar o desenvolvimento de políticas públicas com aplicação de instrumentos voltados à promoção da inclusão social e territorial.

3.2 O Território e a Proteção de Recursos Ambientais

As principais abordagens teóricas que compõem a temática da dinâmica territorial do desenvolvimento podem nos remeter à discussão dos processos de desenvolvimento localizado, bem como, ao reforço da importância da organização sócio territorial e da inovação coletiva com seus respectivos reflexos nos sistemas territoriais de produção.

Souza (1995), associa as abordagens das dinâmicas territoriais a partir do conceito de território, o qual pode ser instituído através de uma relação de poder em um espaço definido e delimitado. Sob esse aspecto, ao evidenciar essas relações de poderes com os contextos amazônicos, torna-se oportuno destacar as abordagens de Cazella *et al.* (2021), ao afirmarem que para o desenvolvimento local de territórios amazônicos, é necessário dar conta da sobreposição de vários processos com características de elevados graus de conflitualidade.

Isso porque, conforme já apresentado anteriormente, Flores *et al.* (2020), evidenciam que na Amazônia paraense, o uso do território configura-se como uma arena onde instituições estatais, do mercado e da sociedade civil se desafiam na gestão e na governança desses territórios buscando alcançar o compartilhamento por meios de ações e práticas de intervenção com objetivos de desenvolvimento.

Diante disso, torna-se evidente o papel fundamental do Estado, em promover e conduzir processos de desenvolvimento, depreendendo-se de fundamentos normativos do estado de direito democrático e da governação territorial.

Sob outro enfoque, GTZ (2005) afirma que o Brasil, é um país de dimensões continentais, possuindo mais da metade de seu território recoberto por vegetação nativa, e abriga 20% das espécies vivas do planeta, agregando uma das maiores taxas de ocorrência de biodiversidade do planeta. Ainda, sob este prisma, conforme Almeida (2012) o país se destaca pela diversidade de grupos sociais e culturas que interagem nestes ambientes apropriando-se de recursos naturais e ambientais.

Oportuno destacar os conceitos de recursos naturais e de recursos ambientais, onde para o primeiro pode ser feito uso da abordagem teórica de Brito (2006), indicado como aquele situado na interface entre processos sociais e naturais, representado por elementos de que o homem se vale para satisfazer suas necessidades originando-se sem qualquer intervenção humana. Enquanto, para o conceito de recursos ambientais, pode ser utilizado os termos conforme se apresenta pelo art. 3, inc. V da Lei Federal n.6.938 de 31 de Agosto de 1981, “recursos ambientais: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora.

Nesse contexto, Almeida (2012) ressalta que os recursos naturais presentes nas escalas territoriais representam grandes oportunidades para impulsionar o desenvolvimento local, a partir de ações que integrem produção sustentável e geração de renda, aliando a conservação da biodiversidade e empoderamento social dos atores locais de um território.

Contudo, tais processos de apropriação dos recursos naturais em um território, de acordo com Bringel (2015) são representados em sua maioria, pelas relações sociais e culturais que nos remetem às relações de poderes, as quais podem ser simétricas ou assimétricas no território. Derivando ao Estado e à sociedade, o direito-dever de tutelar e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado, constituindo-se em uma prerrogativa jurídica de titularidade coletiva, que reflete, dentro do processo de afirmação dos direitos humanos, a expressão significativa de um poder atribuído à própria coletividade social (Mello, 1995).

3.3 A criação da Macrozona de Valorização Ambiental no Município de Redenção no Pará como meio de Promoção do Desenvolvimento Local

A criação institucional da macrozona de valorização ambiental do município de Redenção no Pará, se deu por meio do instrumento jurídico-normativo representado pelo plano

diretor de desenvolvimento urbano e ambiental do município de Redenção-PA, que propôs em seu macrozoneamento rural, um referencial espacial - caracterizado por uma homogeneidade específica territorial - para uso e ocupação do solo, voltado para a promoção do desenvolvimento local.

Isto reflete, através da promoção de políticas públicas pelo poder público, a materialização das relações sociais e culturais que vem sendo desenvolvidas no território ao longo de seu processo histórico de construção.

Neste sentido, e sob o prisma conceitual das abordagens de território e de políticas públicas que vem sendo apropriados pelo Estado para promover o desenvolvimento local em determinados espaços diferenciados.

Torna-nos oportuno, a apresentação de abordagens teóricas acerca da promoção de políticas públicas adotadas pelo poder público como forma de induzir mudanças de comportamento para a promoção do desenvolvimento local em territórios fronteiras e a efetiva execução das políticas públicas pelos atores locais no intuito de promover o desenvolvimento de seus territórios.

Inicialmente Silva (2013) destaca que as transformações ocorridas nas últimas décadas no cenário político-institucional brasileiro, promoveram uma ampla (re)discussão sobre o papel do Estado com a exigência de políticas públicas efetivas aliadas à garantia de controles democráticos, novas estratégias de planejamento e coordenação da ação governamental passaram a ser necessárias. Neste sentido, indica que o Estado brasileiro

[...] passou a considerar, formalmente, a definição de diferentes escalas para o planejamento de suas intervenções, mais flexíveis e tendo como influência o acúmulo da abordagem territorial, definido com base em múltiplas dimensões, como o espaço de mediação social e de “incidência de políticas públicas”, e, portanto, locus privilegiado para o planejamento estatal (Silva, 2013).

Podemos afirmar que, a partir dessa nova abordagem, houve um esforço significativo para construir instrumentos e estratégias diferentes que pudessem viabilizá-la enquanto um novo paradigma para o planejamento de políticas públicas como forma de induzir mudanças de comportamentos para promover o desenvolvimento local.

Sob o enfoque da efetiva execução das políticas públicas pelos atores locais no intuito de promover o desenvolvimento de seus territórios, Silva (2013), destaca que as organizações sociais tiveram um papel fundamental no processo de planejamento, implementação, e avaliação das políticas públicas pelo Estado, passando a ser considerada um dos elementos

fundamentais nos projetos de ressignificação do conceito de desenvolvimento (Milani, 2008).

Além disso, a participação dos atores locais no processo de execução das políticas públicas de desenvolvimento ao longo dos anos, tem ocorrido, tem ocorrido como afirma Dagnino (2002) em “espaços públicos”, tais como: conselhos setoriais, fóruns, conferências, audiências públicas e orçamento participativo, definindo formas variadas de incorporação de cidadãos na deliberação de políticas públicas.

Mesmo com toda a complexidade em termos dos elementos que a temática do reconhecimento jurídico do direito ao desenvolvimento e sua relação com a macrozona de valorização ambiental de Redenção-PA envolve, as abordagens territoriais e o valor jurídico do direito ao desenvolvimento trazem avanços significativos para o fortalecimento do valor Humano da legitimação da perspectiva emancipatória de sujeito de direitos. Cabendo, portanto, uma análise deste território à luz de seus ativos territoriais como elementos que contribuíram para a formação de seu processo construtivo, manifestações sociais e culturais em prol da promoção do desenvolvimento local.

4 ATIVOS TERRITORIAIS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL NA MACROZONA DE VALORIZAÇÃO AMBIENTAL DE REDENÇÃO NO PARÁ

Os territórios são lugares únicos resultantes de manifestação de atores locais, os quais atuam de forma articulada ou não, com as políticas públicas implantadas pelo Estado. É sob este enfoque, que nesta seção é destacada a identificação dos ativos territoriais presentes na macrozona de valorização ambiental de Redenção no Pará, a qual pode ser considerada como um instrumento que possibilita e contribui com a construção de um olhar sistêmico e o desenvolvimento de um processo social e evolutivo de aprendizagem coletiva, bem como, de um o fator propulsor para o desenvolvimento territorial local.

4.1 Processo de construção do território *locus* da pesquisa

Dotada de inestimável capital natural e riqueza cultural, a Amazônia brasileira tem se tornado centro de interesses estratégicos que movem a política e a economia no mundo atual. Conforme Brasil (2010), registram-se igualmente, conflitos sociais e ambientais na disputa pela destinação e uso da terra e dos recursos naturais, ao mesmo tempo em que novas formas e relações de produção são introduzidas na região.

Em parte, este fenômeno se deve à orientação histórica de ações governamentais. Mas, por outro lado, são expressões históricas das lutas em formas desiguais de uso do território, em que se enfrentam modelos distintos de desenvolvimento.

Diante dessa realidade e da ausência de um padrão de desenvolvimento adequado à especificidade de cada território, atividades predatórias rapidamente avançaram. Isso desencadeou, segundo Flores *et. al.* (2021), o aumento das desigualdades sociais, apesar de se ter em plena vigência, no âmbito global, novos modos de produzir, baseados na ciência e na tecnologia que buscam otimizar o uso dos recursos naturais.

Para responder a esse desafio e diante das intensas transformações ocorridas, em especial na Amazônia – cujo povoamento é hoje bem mais diversificado e complexo – foi proposto de acordo com Brasil (2010), um novo modelo de desenvolvimento para a Amazônia legal, pautado no uso sustentável dos recursos naturais por meio do instrumento de gestão pública denominado macrozoneamento ecológico-econômico – MacroZEE.

Sob esse aspecto, faz-se necessário enfatizar entre as diversas proposições apresentadas por esse instrumento de gestão pública, a caracterização e a delimitação espacial

da Amazônia legal em categorias de unidades territoriais, conforme já conjugadas anteriormente,

[...] as quais de forma específica contribuem para a redução das desigualdades regionais por meio do desenvolvimento local e territorial integrado e sustentável e o respeito ao equilíbrio dos ecossistemas, com a promoção de práticas produtivas ambientalmente sustentáveis (BRASIL, 2010).

Por sua vez, Flores *et. al.*, (2021), ressalta que o Estado do Pará possui uma posição geográfica com características diferenciadas dos demais Estados que compõem a Amazônia legal; pois, posiciona-se como um escudo de proteção de grande parte do ecossistema amazônico.

Nesse sentido, ao evidenciar o município de Redenção – localizado na sub-região do sudeste paraense – e relacioná-lo com as categorias de unidades territoriais delimitadas pelo macrozoneamento ecológico-econômico da Amazônia legal (BRASIL, 2010), afirma-se que Redenção é classificado como um território-rede. Isso porque corresponde:

[...] às áreas de povoamento consolidado caracterizada pela predominância de redes, espacialmente descontínuo, com extrema mobilidade, fluxos e conexões suscetíveis de sobreposição e, ainda, com fracas e incompletas cadeias produtivas, cujas redes de comando situadas no espaço global, não conseguiram conectar-se entre si para formar uma malha integradora de forma efetiva. (BRASIL, 2010).

Por sua vez, ao analisar o processo de consolidação do povoamento da macrozona de valorização ambiental do território municipal de Redenção-PA, destaca-se a permanência de uma dinâmica de ocupação com sua história conectada aos ciclos de exploração econômica, os quais, integraram-se e se expandiram, em diferentes níveis, com o desenvolvimento focado na exploração madeireira, na pecuária extensiva e na produção de lavoura de grãos (IBGE CIDADES, 2022). E, também, de forma secundária, na agricultura familiar em pequenas propriedades, associadas à produção de pescados e produtos hortifrutigranjeiros (Redenção, 2018).

Outra característica significativa para o território representado pela macrozona de valorização ambiental é o fluxo de pessoas, prestação de serviços, consumo e produção de insumos presentes na escala local (Redenção, 2018). O qual tende a proporcionar, em escala vertiginosa, a pressão sobre o uso dos recursos naturais a partir da ausência de um modelo de desenvolvimento local que contribua para a respectiva redução das desigualdades sociais.

Ademais, destaca-se também que de acordo com os estudos referentes ao macrozoneamento ecológico-econômico da Amazônia legal, é possível presumir que, no

território representado pela macrozona de valorização ambiental, as dinâmicas de uso e ocupação do território (Brasil, 2010), no contexto geral, são desprovidas de integração interna entre as redes de infraestrutura, de serviços e de comércio. Por isso, apresenta a formação de pequenos segmentos de arranjos produtivos locais (Redenção, 2018).

Nesse contexto é importante ressaltar as contribuições geradas a partir das políticas públicas governamentais de espacialização, reformulação de arranjos e acordos para o uso racional dos recursos naturais; impulsionado pela necessidade de novas propostas de desenvolvimento local (Pará, 2016). As quais têm influenciado, assim, nos sistemas de produção das unidades territoriais em todo o Estado Pará, no município de Redenção, por exemplo, nota-se os efeitos referentes às aplicações destas políticas públicas,

[...] primeiramente ao observar as mudanças das estruturas e das dinâmicas dos territórios existentes ou quando associa ao avanço significativo da conversão do solo para expansão da produção agrícola e da intensificação da pecuária bovina, bem como ligeira modernização da prestação de comércio e serviços direcionada à essas atividades (Redenção, 2018).

Contudo, é imperioso destacar a importância da agenda de ampliação dos direitos sociais pós-Constituição Federal, de 1988, e a noção de desenvolvimento local, já que evidencia sob esse aspecto, a necessidade da viabilização econômica dos pequenos produtores rurais e dos extrativistas presentes nestes territórios, de acordo com Brasil (2010). O que se constitui por meio de bases sustentáveis, agregação de valor, acesso direto a mercados consumidores e ampliação de programas governamentais, para a contenção da degradação ambiental, redução das desigualdades sociais, com a consequente permanência desses segmentos no campo.

De outro modo e diante das abordagens já conjugadas, bem como da presença de pequenas formações de segmentos de arranjos produtivos locais na escala territorial da macrozona de valorização ambiental do município de Redenção (Redenção, 2018), pode-se associar essas formações aos reflexos das políticas públicas governamentais de desenvolvimento local propostas ao longo dos últimos anos (Pará, 2016).

4.2 Ativos Territoriais e Arranjos Produtivos Locais e suas relações com a macrozona de valorização ambiental de Redenção-PA

Os arranjos produtivos locais (APL), segundo Fuini (2013), surgiram como conceito e ferramenta de política industrial de desenvolvimento, em um esforço teórico para se compreender os modelos de aglomerações produtivas de pequenas empresas e sistemas produtivos territorializados. À vista disso, no Brasil, segundo Carvalho (2003), tem-se

fortalecido o paradigma de modelo de desenvolvimento local de metas políticas baseado no conceito de Arranjos Produtivos Locais (APL).

Entretanto, de acordo com Cazella *et al.* (2021), as formações e os segmentos de arranjos produtivos locais a serem considerados como modelos de desenvolvimento local devem convergir para indução do protagonismo local,

[...] a partir da organização sócio territorial e da inovação nos processos de desenvolvimento, isto porque, as iniciativas centradas numa nova política de desenvolvimento localizado, relacionadas a melhoria da organização social para o desenvolvimento, lhe permite dar uma resposta eficaz aos seus problemas e desafios (Cazella *et al.* 2021).

É o que demonstra Gomide *et al.* (2015) ao destacar que os arranjos institucionais podem alcançar resultados importantes tanto na constituição de capacidades técnicas como políticas. Por sua vez, Lotta *et al.* (2016), de forma complementar, avaliam

[...] que as experimentações desses novos arranjos promovem avanços nas tentativas de coordenação que podem ser observados em quatro dimensões críticas: horizontal, vertical, na relação com atores não estatais e na incorporação de uma dimensão territorial, onde as quais, após análise combinada, permite-se compreender as especificidades de cada arranjo institucional e em que medida eles avançam em termos de coordenação de diferentes atores nos processos decisórios (Lotta *et al.*, 2016).

Nesse cenário, para Bronzo (2010), a dimensão horizontal, analisa como se dá a articulação entre diferentes setores nos processos de formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas; o que pode ocorrer em graus distintos de articulação entre diferentes atores voltados a um foco específico. Enquanto isso, a dimensão vertical avalia como as políticas incorporam as relações entre os diferentes entes federativos na tomada de decisão (FAVARETO, 2017).

Por sua vez, ainda segundo Favareto (2017), a participação de atores não estatais busca analisar como os diferentes atores, que não fazem parte da administração pública – entre eles atores da sociedade civil, usuários e atores do mercado –, estão envolvidos nos processos decisórios.

E, por fim, a quarta dimensão, a qual de acordo com Favareto (2017), é analisada em que medida as políticas são formuladas e implementadas, pois incorpora elementos da dinâmica territorial.

Considera-se ainda, que a heterogeneidade de atores e forças sociais presentes nos territórios sejam contempladas no desenho e execução das políticas, permitindo que ele se adapte às dinâmicas e demandas locais. Além disso, em que medida a pluralidade das forças sociais, portadoras de interesses e habilidades sociais variadas,

é incorporada ao longo do ciclo de políticas públicas. Bem como, em que medidas as características e conflitos específicos dos territórios são tomados em conta no desenho e execução das políticas ou se, ao contrário, prevalece a decisão centralizada e a homogeneizada. (Favareto, 2017).

Diante desse cenário, ao relacionar os principais marcos históricos dos processos de construção das agendas de desenvolvimento local na macrozona de valorização ambiental do município de Redenção, apesar de que possuem poucas experiências documentadas na literatura e poucas avaliações abrangentes disponíveis, observa-se que esses processos, revelam – entre outros fatores – os conflitos de interesses. Ou seja, as assimetrias de forças e as limitações técnicas e de atuações que ocorreram entre os diferentes atores sociais, agentes políticos e suas instituições (Redenção, 2018).

Nesse sentido e sob a ótica da dinâmica horizontal – conforme já apresentada por Bronzo (2010) – acerca da articulação entre diferentes setores nos processos de formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas para análise dos arranjos produtivos locais, presentes na macrozona de valorização ambiental do município de Redenção, nota-se as tentativas de institucionalização a nível municipal do planejamento. Assim como a gestão de iniciativas de desenvolvimento territorial local, isso por meio dos instrumentos clássicos da administração pública; tais como: o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentária e o orçamento anual governamental (Redenção, 2021) e, também, por meio de ações relacionadas,

[...] a programas ligados às atividades de agricultura, produção de leite e derivados, hortifrutigranjeiros, desenvolvidas por pequenos produtores, e a regularização ambiental, voltada para as inscrições de imóveis rurais no programa de cadastro ambiental rural e o respectivo licenciamento de atividades consideradas potencialmente poluidoras (PREFEITURA, 2022).

Ademais, ao relacionar a dimensão vertical proposta por Favareto (2010) para a mesma escala territorial e ao avaliar como as políticas públicas incorporam as relações entre os diferentes entes federativos na tomada de decisão, observa-se que houve recentemente processos de normatização nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal de 1988. Conforme a Lei Complementar Federal n. 140/2011, que estabelecem a cooperação

[...] entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981. (Brasil, 2011).

Ainda sob essa ótica, faz-se necessário destacar as ações pioneiras na Amazônia legal por meio do Estado do Pará ao descentralizar e fortalecer as agendas de gestão ambiental nos municípios paraenses via conselho de estado de meio ambiente – COEMA – a partir do ano de 2009; as quais influenciaram diretamente nas agendas de desenvolvimento local da macrozona de valorização ambiental de Redenção.

Outrossim, cabe evidenciar o programa territórios sustentáveis, vinculado ao plano estadual Amazônia agora (Pará, 2020), o qual por meio de estratégias integradas,

[...] contribuem para a redução de desigualdades econômicas crescentes em cenários com interações complexas, a partir da continuidade das intervenções territoriais objetivada em planos de desenvolvimento anteriores, organizando e incluindo elementos novos a serem exercitados para o aperfeiçoamento dos papéis governamental, social e empresarial na conservação e no uso racional do patrimônio ambiental, posicionando a estratégia do Estado frente aos desafios que se impõem (Pará, 2020).

É o que se nota, ao observar, por exemplo, a integração aos eixos estratégicos do programa territórios sustentáveis, desenvolvido dentro do território da macrozona de valorização ambiental de Redenção, por meio do programa municipal de fortalecimento da agricultura familiar rural, implementado por órgão executivo do município. Uma vez que recupera os solos degradados, com aplicação de calcário e gradagem, abertura de tanques para piscicultura e dessedentação de animais – todas vinculadas à apresentação da inscrição do imóvel no programa de cadastro ambiental rural (Redenção, 2022).

Com relação à aplicação da dimensão territorial (Favareto, 2017), na agenda de desenvolvimento local da macrozona de valorização ambiental, observa-se que, historicamente, essa dimensão foi bastante limitada isso porque não foi capaz de envolver, de forma efetiva, atores e forças sociais dos territórios nos processos decisórios. Tal afirmação é materializada ao avaliar os indicadores dos programas locais desenvolvidos pelos órgãos executivos do município, os quais beneficiam as regiões com maiores índices de desempenho agrícola em detrimento das regiões com baixo desempenho (Redenção, 2018).

Isso reforça, o papel do Estado na articulação entre os atores sociais e a unidade territorial, principalmente por meio de uma comunicação estratégica, necessária para definir a inserção dos territórios nos processos de globalização. Bem como de um horizonte que exige uma postura ativa da sociedade organizada territorialmente, já que pode ser estruturada, conforme menciona Dallabrida (2016), a partir das concepções e das reflexões teóricas acerca

da governança territorial, representada pela dinâmica de planejamento e gestão dos processos territoriais.

Ainda no sentido da análise e identificação dos arranjos produtivos locais, implementados na macrozona de valorização ambiental do município de Redenção, faz-se necessário relacionar de maneira geral, a bioeconomia presente na escala territorial local e empreendida por atores do território com potencial de promoção do desenvolvimento local; só que tendo como referência o diagnóstico socioeconômico e ambiental (Redenção, 2018) produzido pelo órgão executivo municipal.

Para tanto, é necessário discorrer primeiramente, acerca do conceito de bioeconomia, o qual envolve três principais vias de abordagem conceitual (Bugge *et. al*, 2016; Villa Nova, 2020). De acordo com Scarlat (2015), a primeira via, corresponde a abordagem biotecnológica, a qual enfatiza a importância da pesquisa para inovações em processos de base biológica passíveis de apropriação em diferentes setores da economia – a exemplo das biorrefinarias.

Enquanto, a segunda é representada pelos biorrecursos, o qual, é destacada pelo desenvolvimento de produtos a partir de matérias-primas biológicas e, em torno deles, a formação de novas cadeias de valor (Ollikainen, 2014; Roos, 2015; apud Biancolillo *et. al*, 2020).

E, por fim, a terceira via, que leva a um conceito de bioeconomia bioecológica, em que valoriza os processos ecológicos inerentes à conservação florestal, pois otimiza o uso de energias e nutrientes da biodiversidade, em contraponto ao paradigma tecnológico mecânico-químico que pode gerar degradação do solo e de cursos d'água (Bugge *et al.*, 2016). Para esta abordagem, nota-se a grande oportunidade para impulsionar o desenvolvimento econômico local, a partir de ações que integram produção sustentável e geração de renda; aliada, assim, à conservação da biodiversidade e empoderamento social das populações locais.

Associa-se, também, a essa abordagem o conceito presente no plano nacional das cadeias da sociobiodiversidade – criado pela Portaria Interministerial MDA e MDS e MMA nº 239, de 21 de julho de 2009 – a qual identifica estas formações como cadeias de valor da sociobiodiversidade.

“... o fortalecimento das cadeias produtivas de produtos e serviços gerados a partir dos recursos da sociobiodiversidade, é fundamental para possibilitar a integração da conservação e uso sustentável dos ecossistemas ao desenvolvimento econômico sustentável do país. Com a inclusão produtiva dos agricultores familiares, dos assentados da reforma agrária, e dos povos e comunidades tradicionais nesses processos, será possível a agregação de valor socioambiental a essas cadeias produtivas e a distribuição justa e equitativa de benefícios em todas as suas etapas.

Assim, o país poderá desenvolver uma nova fronteira econômica, levando em conta as dimensões ambiental e social, com base em vantagens comparativas ainda inexploradas e a possibilidade de maiores rendas interna e externa, advindas da valorização dos recursos, bens e serviços que a sociobiodiversidade representa.” (Plano Nacional Produtos da Sociobiodiversidade, 2009).

Nesse sentido e para a análise do uso da bioeconomia empreendida por atores territoriais locais da macrozona de valorização ambiental do município de Redenção, será evidenciada a abordagem da bioeconomia bioecológica, mas em função das características intrínsecas à produção dos produtos da bioeconomia. A qual, segundo Costa *et. al*, (2021), têm origem no conhecimento e nas práticas culturais tradicionais de coleta e extração de produtos da floresta em ecossistemas naturais de elevada diversidade biológica e sociocultural, com valorização, assim, dos processos ecológicos.

Para tanto, também é necessário diferenciar entre o mercado de *commodities* agrícolas, caracterizado por sistemas produtivos de monocultivo (Machado, 1998) – com significativa representação no sudeste paraense (Santos, 2011) –, para o mercado dos produtos com origem da biodiversidade. O qual distingue-se pela ampla variedade de produtos específicos de acordo com cada bioma, propiciado pela rica biodiversidade e sociodiversidade local (Costa *et. al*, 2021) e possibilita a diversificação produtiva; bem como a conciliação entre geração de renda, conservação da vegetação nativa e geração de serviços ecossistêmicos.

Segundo o diagnóstico socioeconômico e ambiental da macrozona de valorização ambiental (Redenção, 2018), as atividades econômicas no território são bem diversificadas, pois a

principal atividade econômica é a pecuária, seguindo a vocação municipal, ela representa mais da metade dos estabelecimentos dessa área (50,7%), e se considerarmos todos os estabelecimentos que atuam nessa atividade chegaremos a um percentual de 76,0%. Contudo, outras atividades também estão presentes nas serras, como é o caso da agricultura, turismo, piscicultura, avicultura, suinocultura, comércio e mineração (Redenção, 2018).

Destaca-se, ainda, que a agricultura predominante é o cultivo da mandioca a qual é produzida e comercializada em pequena e média escala de forma *in natura* ou beneficiada junto ao comércio local e de cidades vizinhas (Redenção, 2018).

É presente também na agricultura desse lugar a plantação do milho, a roça de banana, a plantação do açaí, do feijão e batata, lavoura de arroz, a produção de mudas para venda, e a horticultura, com o plantio de alface, cheiro verde tradicional e orgânica (Redenção, 2018).

Ao fazer referência às diferentes dinâmicas e estruturas produtivas rurais na Amazônia, entre os anos de 2005 a 2017, Costa *et.al* (2021) descrevem

[...] trajetórias tecno-produtivas marcadas pela especialização dos sistemas produtivos, pelo uso intensivo da mecânica e da química e pela formação dos sistemas botânicos e biológicos homogêneos, a fim de atender o paradigma ou padrão tecnológico dominante em nível global, afirmando por conjuntos de soluções selecionadas pela eficiência demonstrada no controle da natureza para que corresponda às necessidades industriais e capitalistas (Costa *et.al*, 2021).

Nota-se que as práticas relacionadas a bioeconomia desenvolvida no território representado pela macrozona de valorização ambiental do município de Redenção, manifesta-se de forma complexa, permeado de diversidades e apresenta potencialidades no tocante ao aglutinamento de coletivos. Isso porque:

“(...) os territórios demonstram englobar uma série de atividades, patrimônios e práticas socioespaciais multifacetadas em forma de ativos específicos que interagem na sua organização, interligando as esferas e dinâmicas locais, dentre as quais os cultivos agrários que se constituem numa das demandas existentes em seu mosaico de territórios, apresentando em sua estrutura, atores e suas relações de poder através de ligações em redes. (Santandreu; Lovo, 2007).

Para Brasil (2018), essa relação gerada a partir de recursos, bens e serviços dentro de um território, voltada à formação de cadeia produtivas de interesse agricultores dos povos, comunidades tradicionais e de agricultores familiares, promovem a manutenção e a valorização de suas práticas e saberes, a fim de assegurar os direitos decorrentes, gerar renda e promover a melhoria de sua qualidade de vida e do ambiente em que vivem.

Ademais, Costa *et.al* (2021) ressaltam, referente às diferentes dinâmicas e estruturas produtivas rurais na Amazônia, que esta representa diversos paradigmas em sua configuração, acerca do uso da base natural da Região, pois

[...] pressupõem a manutenção dos princípios sistêmicos da natureza originária e configuram, por isso, um paradigma tecnológico – que tratamos como “paradigma agroextrativista” –, porquanto perspectiva particular do uso social dos recursos e de resolução dos problemas a isso afetos. As soluções daí derivadas organizam trajetórias tecnológicas sobre as quais é necessário discernir, pois, dispõem de bases de conhecimento e institucionalidade próprias, predominantemente tácitas e consuetudinárias, fundamentalmente incorporadas na cultura da Região. (Costa *et.al*, 2021).

Nesse contexto e ao relacionar com o diagnóstico socioeconômico ou ambiental da macrozona de valorização ambiental do município de Redenção (Redenção, 2018), verifica-se na escala local do território a trajetória dominante técnico-produtiva com base patronal em que é

[...] composta por estabelecimentos baseados em trabalho assalariado que convergem para a produção especializada de gado para corte, e as relações institucionais que os circunscrevem, em evolução na região sudeste paraense, com auge entre as décadas de 1960 a 1990, chegando a representar 77% (setenta e sete) por cento da economia rural na região, demarcando a área que se tornou conhecida como “arco do desmatamento”, ou “arco do fogo” Costa (2016).

Contudo, Costa *et.al* (2021) afirmam que houve, nos últimos anos, expressivas mudanças na trajetória dominante técnico-produtiva de base patronal, para trajetórias de base camponesa na Amazônia paraense, assim

[...] associada a política de distribuição de terras e política de crédito, acentuada a partir dos anos 2.000, as quais convergem suas trajetórias para sistemas agroflorestais, mas ainda, permanece a predominância da primeira, caracterizada pela produção intensiva de grãos em base mecânico-química (Costa *et.al*, 2021).

Para Costa *et.al* (2016), portanto, é necessário diferenciar as abordagens conceituais de base patronal e base camponesa; pois essas diferenças têm implicações na escala da produção e nas técnicas e processos produtivos das estruturas rurais correspondentes.

Isso porque, as especificidades camponesas geram sistemas produtivos diferentes em conformidade com as dotações de recursos naturais e com as capacidades acumuladas – mediadas, então, por arranjos institucionais também territorialmente específicos (Costa *et al.*, 2016).

Nesse sentido, destaca-se que os campesinatos históricos da Amazônia paraense (Costa, 2019; Castro, 2013; Harris, 1998; Nugent, 1993) representam uma condição familiar ou doméstica de organização do trabalho; pois têm em comum o uso de técnicas que têm como referência o bioma amazônico (Gomide *et.al* 2021).

Haja visto que, enquanto formas familiares de produção rural camponeses distinguem-se radicalmente das formas patronais, uma vez que naquelas as decisões produtivas levam necessariamente em consideração as condições reprodutivas da família. Isto é, os modos como as necessidades de consumo dos integrantes estão sendo cobertas com seus recursos de trabalho e meios de produção (Chayanov, 1923).

4.3 Processos de Valorização e Especificação de Ativos Territoriais presentes na Macrozona de Valorização Ambiental no Município de Redenção no Pará

Para a análise dos processos de valorização e especificação de ativos territoriais considera-se que a identificação e a ativação dos recursos específicos de um território é um fator

de contribuição do desenvolvimento local na Amazônia paraense, que possibilita a construção de modelo de desenvolvimento sustentáveis. Contudo, essa característica de transformação dos recursos territoriais em ativos pressupõe a existência da ação coletiva de atores sociais interessados na sua revelação.

Neste sentido, a partir de uma postura teórica-metodológica, pretendeu-se proporcionar diretrizes para a construção de um plano de ação que contribua com às instituições públicas responsáveis pelo ordenamento territorial e ambiental da macrozona de valorização ambiental de Redenção-PA, além de evidenciar seus processos de valorização e especificação de ativos.

4.3.1 Produto da Pesquisa

O processo de produção deste produto de pesquisa limitou-se no sentido de apoiar a definição de estratégias para a valorização dos ativos territoriais identificados na macrozona de valorização ambiental de Redenção no Pará, contribuindo com a promoção da integração das cadeias dos produtos territoriais identificados agregando valor e consolidando mercados locais sustentáveis.

Diante disso, primeiramente foi proposto a criação de um observatório territorial a ser conduzido por um colegiado composto por atores sociais da macrozona de valorização ambiental de Redenção-PA e com suas atividades deliberativas apoiadas pelo órgão executivo municipal responsável pelo ordenamento territorial e gestão ambiental da macrozona de valorização ambiental de Redenção contribuindo com a manutenção e o aperfeiçoamento do sistema de governança territorial dos recursos territoriais específicos localizados deste território fronteira da Amazônia Paraense.

Este colegiado territorial, por meio de ações deliberativas, poderá estabelecer uma agenda relativamente autônoma, possibilitando discussões mais amplas sobre o desenvolvimento de seu território de forma democrática e participativa.

Além disso, ainda com a proposição de apoio e definição de estratégias para valorização dos ativos territoriais identificados na macrozona de valorização ambiental de Redenção no Pará, e de forma sistêmica, foi estabelecido um plano de ação para atuação do colegiado territorial, composto por dois componentes estratégicos de atuação, os quais ficaram dispostos da seguinte maneira: (i) fortalecimento do sistema de governança territorial da macrozona de valorização ambiental de Redenção-PA e (ii) integração territorial local.

Tais componentes estão vinculados à objetivos específicos, respectivas linhas de

atuação, prazos de cumprimentos, responsáveis e indicadores de desempenho e cumprimento representados em matrizes lógicas de planejamento, execução e avaliação. Diante disso, a representação matricial do plano de ação, ficou dispostos da seguinte maneira:

Tabela 1 - Matriz Lógica do Plano de Ação de valorização dos ativos territoriais específicos presentes na macrozona de valorização ambiental do município de Redenção/PA.

Matriz Lógica do Plano de Ação de valorização dos ativos territoriais específicos presentes na macrozona de valorização ambiental do município de Redenção/PA					
Componentes	Objetivos	Linhas de Ação	Prazo	Responsável	Indicador
Fortalecimento do sistema de governança territorial da macrozona de valorização ambiental de Redenção.	1	1	Curto, Médio e Longo	Observatório Territorial	1. número de capacitações /semestre. 2. Colegiado criado
		2	Curto	Observatório Territorial	1. Oficinas de planejamento territorial / mês
		3	Médio e Longo	Observatório Territorial	1. Quantitativo de práticas identificadas e apoiadas
		4	Curto e Médio	Observatório Territorial	1. Quantitativo de campanha de marketing e branding / mês
	2	1	Curto, médio e longo	Observatório Territorial	1. identificação de todas as etapas e membros das cadeias de valores e ações apoiadas.
		2	Médio e longo	Observatório Territorial	1. Quantitativo de práticas tradicionais identificadas e apoiadas 2. Quantitativo de requalificação/semestre
		3	Curto, médio e longo	Observatório Territorial	1. redes de interação institucionalizada e apoiada.
		4	Médio e longo	Observatório Territorial	1. Quantitativo de ações estratégicas apoiada/semestre
Integração territorial local	1	1	Curto, médio e longo	Observatório Territorial	1. número de capacitações /semestre.
	2	1	Curto e Médio	Observatório Territorial	1. lista de atores-rede e liderança coletiva
		2	Curto e Médio	Observatório Territorial	1. plano de comunicação estratégica com marca institucional do território
	3	1	Médio e longo	Observatório Territorial	1. Observatório territorial criado

		2	Médio e Longo	Observatório Territorial	1. colegiado criado e fortalecido
--	--	---	---------------	--------------------------	-----------------------------------

Por fim, evidencia-se que com base nas proposições apresentadas espera-se contribuir ativamente com o processo de governança territorial com a participação ativa de todos os atores sociais para o desenvolvimento local na macrozona de valorização ambiental de Redenção, Estado do Pará.

Para tanto, destaca que esta proposição buscou a adequação da conjugação de interesses setoriais e gerais, de modo que os acordos resultantes, os resultados das discussões e entendimentos, as definições condensadas, possam resultar em um pacto sócio territorial democrático, articulado pelas lideranças representativas das redes de poder e transformando-se em um projeto político de desenvolvimento territorial.

4.3.2 Ativos Territoriais presente na escala da pesquisa

Conforme caracterização já apresentada, o território deste estudo – representado pela macrozona de valorização ambiental do município de Redenção-PA –, contém importantes riquezas de produtos e serviços territoriais com potencial de ativação. Dentre esses produtos, a mandioca e seus alimentos derivados se destacam pelo volume de produção, comercialização, nível de qualidade com imagem atrelada ao território, demanda de consumo e reconhecimento de parte de consumidores de fora do território.

Trata-se de um alimento produzido nas áreas de vales e platôs das serras dos gradaús e piaús que compõem o território com grande papel na geração de emprego e renda. Esses elementos propiciam uma especificidade no sabor e textura (Redenção, 2018).

A mandioca das serras é cultivada em algumas propriedades rurais de forma manual ou com uso de equipamentos agrícolas cedidos pela prefeitura municipal de Redenção-PA para realização de *gradio* do solo e plantio na sequência. A produção anual média é de 24 toneladas e o sistema produtivo predominante é o familiar (Redenção, 2018).

Quanto à sua origem, a produção está ligada à formação do território e em função das características edafoclimáticas excepcionais do local o que revela uma qualidade única ao produto, uma vez que é produzida por agricultores familiares. Assim, é comercializada para consumo *in natura* – conforme a Figura 8 –, pré-cozida, congelada ou na forma de *snacks*. Além disso, há uma expressiva produção de seus derivados com destaque para a farinha de mesa (Redenção, 2018).

Figura 8 – Produtos territoriais da macrozona de valorização ambiental de Redenção-PA - Mandioca das serras.



Fonte: Acervo Próprio (2021).

De acordo com os relatórios técnicos de pesquisas (Redenção, 2018), o desenvolvimento da produção da mandioca das serras é articulado por atores locais que envolvem a parceria dos profissionais dos serviços públicos da Secretaria Municipal de Agropecuária e Aquicultura, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, da Cooperativa Agropecuária dos Trabalhadores Rurais da Região do Araguaia e das Associações de Pequenos Produtores Rurais distribuídas nas colônias Arraiá Porã, Arraiá Porã II e Arraiá Porã III. As quais agrupam 82 (oitenta e dois) produtores familiares, além da participação de pequenos produtores rurais independentes, presentes no território da macrozona de valorização ambiental de Redenção/PA.

A partir do enfoque teórico-metodológico da especificação de ativos territoriais (De Paula, 2019) é possível afirmar que a mandioca das serras figura, até o momento, como um ativo territorial genérico com potencial de especialização; já que seu processo de comercialização ocorre em tanto em mercados com consumidores que valorizam ou não suas qualidades territoriais diferenciadoras.

Acredita-se, ainda, que o processo de ativação desse produto pode mudar essa condição, ao atribuir um caráter de ativo específico. Contudo, para passar da condição de ativo genérico para ativo específico, um longo caminho precisa ser trilhado, pois não se trata somente

de colocar um selo de qualidade no produto territorial, mas de que o produto e seu respectivo selo sejam reconhecidos pelos consumidores.

Além do produto territorial, mandioca das serras, outro que se apresenta com notoriedade no território é a piscicultura, representada pela produção das espécies de pirarucu (*Arapaima gigas*), tilápia (*Oreochromis niloticus*), tambaqui (*Colossoma macropomum*) e o tambatinga (*Piaractus brachypomus*). A comercialização média é de 150 kg (cento e cinquenta quilogramas) por dia no mercado local com grande representatividade, reputação de sua qualidade e especificidade territorial por parte de alguns consumidores (Prefeitura, 2018).

Os pescados serranos produzidos no território são reconhecidos por se diferenciarem pelo melhor sabor e aparência, quando comparados aos pescados originários de outros territórios que atendem o mercado local. Ademais, do sabor específico é perceptível que este produto, quando se compara a outros produtos semelhantes de outros territórios, possui uma ligação com a origem da formação e do território em si da macrozona de valorização ambiental de Redenção-PA, pois, apresenta-se como um produto que está fortemente vinculado ao ambiente, saber-fazer e cultura de produção local. Desse modo, há uma relação próxima entre os produtores, consumidores, varejistas e comerciantes, já que conferem especificidade do pescado serrano (Prefeitura, 2018).

No mesmo sentido que o produto da mandioca das serras precisa evoluir da condição de ativo genérico para ativo específico, ao avaliar os produtos referentes à produção de pescado no território a partir do enfoque teórico-metodológico de identificação e valorização dos ativos territoriais específicos (De Paula, 2019), observa-se que estes se apresentam até o momento em fase embrionária de estruturação.

Sob outra perspectiva, vincula-se na macrozona de valorização ambiental de Redenção-PA, atributos territoriais associados ao clima, paisagem e meio ambiente como “componentes” de um potencial processo de ativação e especificação de produtos. Haja visto que os atrativos históricos, culturais e naturais do território colocam à disposição dos turistas um leque de opções a ser desfrutado como é o ramo do turismo rural e o turismo de aventura (Brasil, 2003).

A macrozona de valorização ambiental de Redenção-PA apresenta uma paisagem característica, rica pela sua vegetação nativa e intercala com as áreas de cerrado por causa do bioma de floresta amazônica. A região possui um clima fortemente marcado pelos longos períodos de estiagem e de chuva, que perduram intervalos de cinco a seis meses, o qual contribui

para definir a forma de viver, bem como as características de alguns produtos e serviços existentes no território.

A formação de grandes cânions e serras amplia as belezas naturais compostas por vastas florestas, grande diversidade de pássaros, cachoeiras, corredeiras de água, trilhas de rapel e escaladas – conforme a figura 09 –, ciclismo rural, entre outros atrativos, permitem aos turistas realizarem uma série de atividades de ecoturismo e turismo de aventura (Prefeitura, 2018).

Figura 9 – Macrozona de valorização ambiental de Redenção/Turismo de aventura desenvolvido por instrutores locais.



Fonte: Glauber Oliveira Martins/Instrutor Profissional (2021).

No mesmo sentido, algumas famílias de pecuaristas e agricultores residentes no território têm aderido às atividades de acolhimento aos turistas a fim de aproveitar, em alguns casos, as estruturas antigas das fazendas. Elas são, também, utilizadas como ponto de apoio ao turista e alternativa de diversificação de renda e comercialização de produtos do território; tais como, frutos *in natura* em forma de geleias, sucos, polpas, doces, bolos e produtos ligados às hortaliças, legumes e verduras.

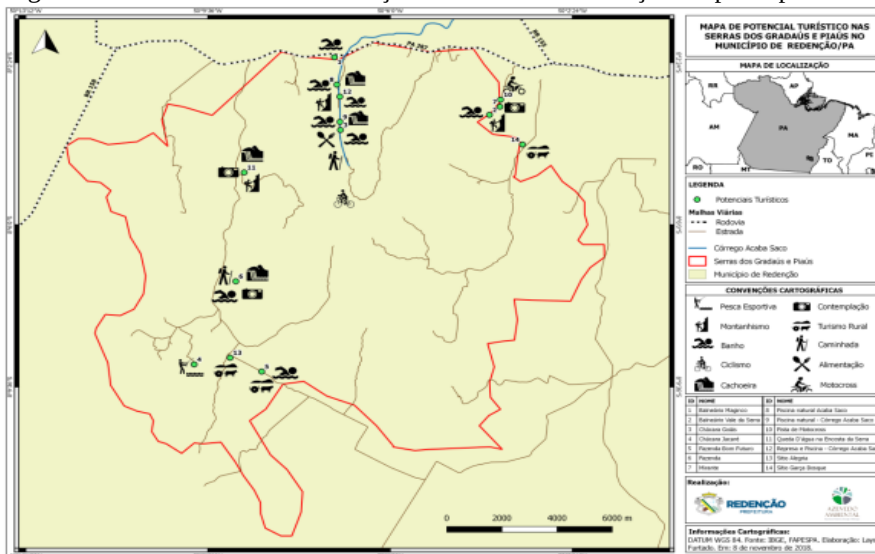
Diante disso, pode-se afirmar que o turismo rural da macrozona de valorização ambiental de Redenção é provável ser considerado um ativo territorial específico pela abordagem metodológica (Brasil, 2003), conforme já conjugado anteriormente, isso porque os atrativos naturais, históricos, gastronômicos e cultural do território explicam o afluxo de um contingente expressivo de pessoas.

Contudo, para ativação desses recursos territoriais há necessidade de estabelecer um desenho e uma roteirização turística do território, haja visto que a roteirização auxilia o processo de identificação, elaboração e consolidação de roteiros turísticos (Brasil, 2007). Para tanto, podem ser enfatizadas as abordagens teórico-metodológicas de Flores *et al.* (2020) Pecqueur (2004) e Cazella *et al.* (2021) ao indicar a participação e o protagonismo dos atores territoriais locais nos processos decisórios de indução ao desenvolvimento.

Sugere-se, por exemplo, o estabelecimento de estratégias de visitação e implantação de serviços turísticos de hospedagem, alimentação e práticas recreativas, delineadas a partir de circuitos específicos presente no território (Redenção, 2018), como é o caso do eixo de corpos hídricos como o ribeirão de fogo e do acaba saco que são acessados a partir da rodovia estadual/PA-287 e vicinais. As quais se apresentam com possibilidades de vinculação às atividades de banho, pequenas escaladas e trilhas de alto grau de dificuldade, cujo acesso aos locais de atração ocorre em terreno rochoso.

No sentido de contribuir com o processo de roteirização turística deste território no ano de 2018 foram publicados mapas de potencial turístico, (Redenção, 2018), uma vez que indica pontos turísticos associados a atrativos naturais onde hoje são realizadas práticas esporádicas de caminhadas em trilhas, escaladas, ciclistas, motocross e de banhos, de acordo com a figura 10.

Figura 10 – Macrozona de valorização ambiental de Redenção/Mapa de potencial turístico.



Fonte: Prefeitura Municipal de Redenção (2018).

Para tanto, além disso, segundo o relatório de pesquisa (Redenção, 2018), foram descritos a caracterização de cada potencial o que evidencia, ainda, a possibilidade de associá-

los com projetos de visitação em propriedades rurais. Em que são propícias ao desenvolvimento de atividades de pesque e pague, colhe e pague e consumo de hortaliças, mandioca, pescado e produtos derivados de leite, conforme quadro 1, apresentado a seguir.

Quadro 2 – Potenciais Turísticos da Macrozona de Valorização Ambiental de Redenção-PA.

Potenciais Turísticos da Macrozona de Valorização Ambiental de Redenção-PA.	
 a) Pista de Motocross Acesso: vicinal no Km 1 da PA – 287 de onde percorre-se aproximadamente 1,6 km, em direção ao Balneário Vale da Serra, em pavimento natural. Coordenadas Geográficas: - 8° 3'13.30" - 50° 03'49.10". Descrição: pista em chão batido, sem estruturas consolidadas de apoio. Potencial: eventos esportivos Restrições atuais: uso eventual.	 b) Mirante Acesso: vicinal no Km 1 da PA – 287 de onde percorre-se aproximadamente 1,9 km em direção ao Balneário Vale da Serra, em pavimento natural. Coordenadas Geográficas: - 8° 03'22.70" - 50° 03'49.87". Descrição: área com vista panorâmica para o vale, na qual se destacam rochas na paisagem. Potencial: estruturação de um espaço de mirante com vista para o vale. Restrições atuais: ausência de estrutura de parada e proteção dos usuários
 c) Balneário Vale da Serra Acesso: a partir de vicinal no Km 1 da PA-287, percorre-se aproximadamente 2,4 km, em direção ao Balneário do Vale da Serra, em pavimento natural. Coordenadas Geográficas: -08° 03'33.53" -50° 04'2.32" Descrição: propriedade particular, com área de banho, estrutura de alimentação eventos, em estado de precário, desativado por motivos particulares.	 d) Piscina Natural no Córrego Acaba Saco Acesso: a partir de vicinal no km 08 da Rodovia PA-287, percorre-se aproximadamente 1,3 km em pavimento natural, na Chácara Serra Dourada. Coordenadas Geográficas: -08° 02'53.21" - 50° 07'3.19". Descrição: propriedade particular, com corredeiras, piscina natural, vegetação conservada e presença de rochas. Atividades potenciais: trilha ecológica e área de banho. Restrições atuais: uso equipamentos de segurança, acompanhamento de guia de turismo e construção de estivas ou pontes suspensas de acesso às margens do rio.

Atividades potenciais: área de banho, eventos sociais e trilhas com escalada.
Restrições atuais: equipamentos deteriorados.



e) Piscina natural e represa no Acaba Saco

Acesso: a partir de vicinal no km 08 da Rodovia PA-287, percorre-se aproximadamente 1,9 km em pavimento natural, na Chácara Serra Dourada.

Coordenadas Geográficas: -08° 03'09.22" -50° 06'59.59".

Descrição: propriedade particular, com corredeiras, represa, piscina natural, vegetação conservada e presença de rochas.

Atividades potenciais: trilha ecológica e área de banho.

Restrições atuais: uso equipamentos de segurança, acompanhamento de guia de turismo e construção de estivas ou pontes suspensas de acesso às margens do rio ou afiação de grampos nas rochas para uso de cordas estáticas (para escalada).



f) Piscina Natural Chácara Goiás

Acesso: A partir de vicinal no km 08 da Rodovia PA-287, percorre-se aproximadamente 3,2 km em pavimento natural, na Chácara Serra Dourada.

Coordenadas Geográficas: -08° 03'53.65" -50° 06'58.93"

Descrição: propriedade particular, com piscina natural, corredeiras, vegetação conservada e presença de rochas.

Atividades potenciais: trilha ecológica, banho e alimentação.

Restrições atuais: uso equipamentos de segurança, acompanhamento de guia de turismo e construção de estivas ou pontes suspensas de acesso às margens do rio ou afiação de grampos para uso de cordas estáticas (escalada).



g) Antigo Balneário Maginco

Acesso: Km 08 da PA-287

Coordenadas: -08° 02'16.70" -50° 07'06.00"

Descrição: propriedade particular, com área de banho e espaço para eventos.

Atividades potenciais: banho, eventos, alimentação.

Restrições atuais: atualmente desativado, exigindo investimentos de recuperação do espaço de banho e das áreas construídas.



h) Queda d'água na encosta da Serra

Acesso: a partir da vicinal do Ribeirão de Fogo, distante cerca de 11km da sede do município na PA-287 percorre-se aproximadamente 4,9km, na Gleba Nova Gloria.

Coordenadas Geográficas: -08°04'50.25" -50° 08'52.97"

Descrição: Área de banho onde pode ser contemplada uma queda d'água na encosta da Serra

Atividades potenciais: contemplação, escalada.

Restrições atuais: acesso realizado por área particular.

 i) Trilha e piscina natural Serra Acesso: a partir da vicinal do Ribeirão de Fogo, distante cerca de 11km da sede do município na PA-287 percorre-se aproximadamente 10,2 km, na Fazenda Lageado. Coordenadas Geográficas:-08° 07'15.29" -50° 09'2.92" Descrição: Trilha através de área de fazenda e corredeiras, onde pode ser encontrada uma piscina natural. Atividades potenciais: caminhada, contemplação e banho Restrições atuais: acesso realizado por área particular, necessário acompanhamento de guia e uso de equipamentos de segurança para trilhas.	 j) Propriedades rurais com potencial turístico Sítio da Alegria Localização: Assentamento Arraia Porã I Coordenadas Geográficas:-08°08'57.11" -50° 09'9.66" Descrição: produção e venda de hortaliças orgânicas. Atividades potenciais: consumo direto de produção familiar por meio de atividade de colhe e pague. Restrições atuais: necessário apoio técnico para implantação de projeto de receptivo turístico.
 h) Fazenda Bom Futuro (Altino de Lira Rocha) Localidade: Gleba Nova Glória Coordenadas Geográficas: -08°09'15.57" -50° 08'32.22" Descrição: produção e venda de requeijão com área de banho às margens do Ribeirão de Fogo. Atividades potenciais: consumo direto de produção de derivados do leite e atividade de banho. Restrições atuais: necessário apoio técnico para implantação de projeto de receptivo turístico e apoio técnico para qualificação da produção de derivado do leite.	 l) Sítio Bom Sossego (Valdir de Lira) Localidade: Gleba Nova Glória Coordenadas Geográficas: -08°09'28.90" -50° 08'12.67" Descrição: produção e venda de queijo caseiro, com área de banho às margens do Ribeirão de Fogo. Atividades potenciais: consumo direto de produção de derivados do leite e atividade de banho. Restrições atuais: necessário apoio técnico e investimentos na implantação de projeto de receptivo turístico e qualificação da produção de derivado do leite.

 m) Chácara Jacaré Localidade: Assentamento Arraia Porã I Coordenadas Geográficas: -08°09'6.00" -50° 09'52.30" Descrição: área de piscicultura. Atividades potenciais: consumo direto de produtos, alimentação e pesque-pague. Restrições atuais: necessário apoio técnico e investimentos na implantação de projeto de receptivo turístico, com melhoria nas instalações e serviços.	 n) Sítio Garça Bosque Localidade: Estrada do Poção Coordenadas Geográficas: -08° 04'13.06" - 50° 03'23.11" Descrição: área de piscicultura ao pé da Serra Atividades potenciais: implantação de hotel fazenda com pesque pague. Restrições atuais: necessário apoio técnico e investimentos na implantação de projeto de receptivo turístico, com melhoria nas instalações e serviços.
---	--

Fonte: Prefeitura (2018), adaptado pelo Autor.

De outro modo, ao vincular a presença de pequenas organizações sócio territoriais de segmentos e modelos às abordagens de núcleos de arranjos produtivos locais (Fuini, 2013), os produtos relacionados à mandioca e ao pescado presentes no território construído da macrozona de valorização ambiental do município de Redenção (Redenção, 2018) possuem significativo potencial de promoção de desenvolvimento local se convergir. Bem como de induzir o protagonismo dos atores envolvidos de acordo com a abordagem metodológica de Cazella *et al.* (2021).

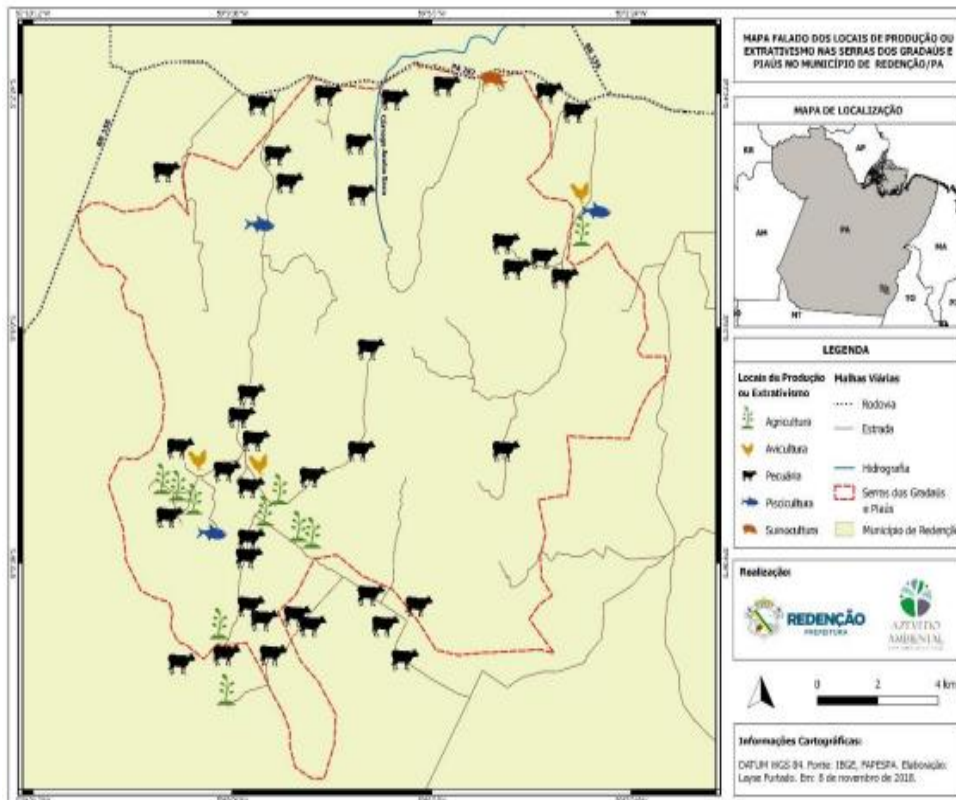
4.3.3 Processos de valorização e especificação de ativos territoriais presente na Macrozona de Valorização Ambiental no Município de Redenção no Pará

É possível afirmar que o mapeamento de produtos territoriais específicos ou com potencial latente – a partir das abordagens de arranjos produtivos locais (Fuini, 2013) e da participação dos atores locais –, favorece a produção do conhecimento e a elaboração de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento e a organização do território.

Nesse sentido, a partir das informações adquiridas bibliograficamente e por meio das que estão presentes no relatório de pesquisa (Redenção, 2018), foi elaborado pelo município de Redenção o mapa falado – consoante à Figura 11 –, que contém os produtos territoriais

específicos com potencial de ativação da macrozona de valorização ambiental de Redenção-PA, conforme já mencionado anteriormente e que serão desenvolvidos, ainda que de forma embrionária, a partir das abordagens de núcleos de arranjos produtivos locais (Fuini, 2013).

Figura 11 – Macrozona de valorização ambiental de Redenção/Mapa falado de locais de produção ou extrativismo com potencial de desenvolvimento local.



Fonte: Prefeitura Municipal de Redenção (2018).

A fragilidade das organizações sócio-territoriais presentes neste território certamente representa um desafio a ser superado. Esta iniciativa, no entanto, representou uma forma de criar especificidade e valorizar os produtos da macrozona de valorização ambiental de Redenção-PA.

À vista disso, Vázquez Barquero (2001) afirmou que a organização do território que objetiva o desenvolvimento local deve ter como ponto de partida um pacto territorial que viabilize a associação de interesses promovida entre os diversos atores regionais, que se conservam independentes. Isso com vista à obtenção de determinados objetivos.

Significa dizer que este ponto é exatamente o grande diferencial do desenvolvimento local, pois o território torna-se um agente dentro do processo, e não meramente espectador. Justificado, assim, conforme Benko e Pecqueur (2001) ao ressaltar que todo território tem ativos

ou especificidades territoriais que não podem ser deslocadas por processos macroeconômicos e nem pelo impacto desestabilizador da globalização.

Assim, com a finalidade de reafirmar, conforme já conjugadas as abordagens para promoção do desenvolvimento local, Brasil (2010) aponta sobre a importância da atuação do Estado. O que exige o uso de técnicas de programação dos investimentos, aplicação de recursos públicos de forma ordenada, com coordenação do quadro de referência institucional-normativo, para a obtenção de fins coletivos.

Ainda sob essa perspectiva, na obra de Pecqueur (2009), o autor faz menção de um raciocínio que pode dialogar com a realidade impressa na escala territorial da macrozona de valorização ambiental aqui tratada, pois o autor defende a construção de novas horizontalidades que possam permitir – a partir da base da sociedade territorial – o desenvolvimento de um modelo econômico. Baseado, assim, na vantagem diferenciadora por meio da especificação de ativos territoriais.

Desse modo, ao contrapor com a realidade em referência, observa-se que, para o modelo econômico adotado é realizada a abordagem comparativa, comumente desenvolvida no mundo contemporâneo, de modo que, resume-se à equivalência geral das ofertas em um mercado essencialmente competitivo, no qual somente as economias com baixo custo de produção podem triunfar (Pecqueur, 2009).

Logo, segundo o autor, uma saída para o problema consistiria na diferenciação dos produtos dos territórios (Pecqueur, 2009). Isso significa dizer que, os sinais distintivos de um território e sua especificidade, seriam entendidos, então, como uma vantagem diferenciadora.

Para Poletto (2009), no Brasil, recentes experiências em termos de modelos de desenvolvimento local baseiam-se na concepção de que o fator essencial no desenvolvimento e na competitividade de determinado território é a capacidade de atuação organizada, cooperativa ou integrada da própria sociedade local – mas com base nos recursos e ativos específicos de seu território.

Nessa perspectiva, as novas abordagens sobre o desenvolvimento local, (Matestco *et al.*, 2000), trazem um diferencial significativo, pois não se trata somente de uma busca de intervenção *territorializada*, mas também do intuito de gerar uma matriz de projetos e ações contínuas. Isso por meio da mobilização dos diferentes atores presentes nos territórios.

Segundo Vázquez Barquero (2001), Llorens (2001) e Sachs (2004), entre as principais características deste novo enfoque estão a maior preocupação com distribuição de renda,

sustentabilidade ambiental, melhoria de qualidade de vida, melhoria de relações de trabalho e satisfação das necessidades básicas.

Assim, pode-se afirmar que essas ações vão além de parceria multisetoriais, pois o desenvolvimento local se constituiu numa perspectiva sistêmica de articulação sócio-institucional e sócio-produtiva para transformação dos territórios em locais de alta competitividade. Capaz de criar, com isso, bases consistentes para uma sustentabilidade ampliada – social, ambiental, econômica e política (Poletto, 2009).

Na concepção elaborada pela Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (2003) o fenômeno de interação e cooperação de aglomerações produtivas, deriva de uma aglomeração de pequenas empresas organizadas por uma divisão de trabalho baseada no equilíbrio entre concorrência e cooperação. A fim de funcionar, então, sobre uma intrincada relação em rede, impulsionada por inovações contínuas e especializada na produção de produtos de alta qualidade (Amaral Filho *et al*, 2002).

Para essa abordagem, Santos (2008) destaca que a capacidade de geração, difusão e utilização de novos conhecimentos consolida-se como um processo que transcende a esfera da firma individual e passa, assim, a depender da contínua interação entre firmas e destas com as diferentes instituições que constituem sistemas de inovação em diferentes âmbitos. O que para esta pesquisa, representa a aplicação de uma corrente de desenvolvimento territorial local denominada arranjos produtivos locais.

Segundo Pyke, Becattini e Sengenberger (1990 *apud* Amaral Filho *et al*, 2002), qualquer definição de arranjos produtivos locais não estará livre de controvérsia. Os autores, no entanto, associam esse conceito a coexistências. Logo, pressupõem um espaço geográfico, institucional, social ou cognitivo, que atenda às seguintes especificações:

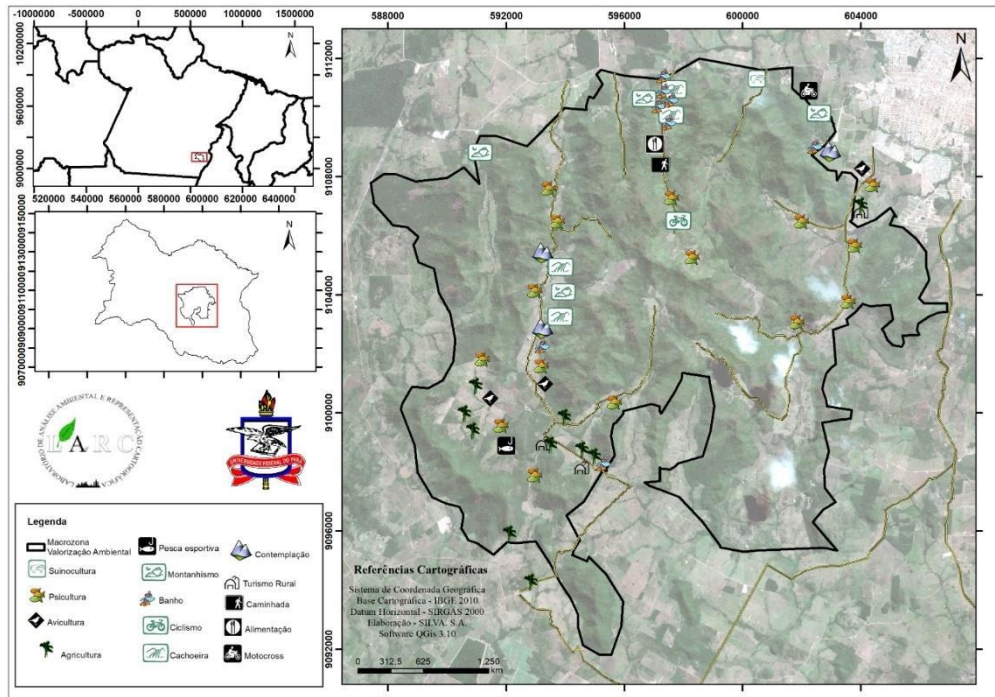
[...],

- i) possua sinais de identidade coletiva (sociais, culturais, econômicos, antropológicos e políticos);
- ii) possua a capacidade de promover uma convergência em termos de expectativas de desenvolvimento; e,
- iii) promova uma integração econômica e social no âmbito local (Amaral Filho *et al*, 2002).

Ao correlacionar o fenômeno de interação e cooperação de aglomerações produtivas com as abordagens de núcleos de arranjos produtivos locais (Fuini, 2013) e as estratégias de processo de ativação de recursos territoriais específicos, oriundos de ação coletiva de um conjunto de atores ancorados territorialmente (Requier-Desjardins, 2013), foi possível observar

na macrozona de valorização ambiental de Redenção-PA a distribuição e a localização geográfica dos principais ativos territoriais presentes com potencial latente – conforme a Figura 12.

Figura 12 – Macrozona de valorização ambiental de Redenção/Mapa falado de locais de produção do turismo rural, da Mandioca das Serras e do Pescado Serrano.



Fonte. Elaboração Própria (2023).

Observa-se o potencial de ativação e especificação territorial dos produtos relacionados à produção da mandioca das serras, o pescado serrano e os serviços associados ao turismo rural, pois possuem um vínculo ao território, com características que não se encontram em outro local e já são comercializados no mercado local, o que valoriza tal especificidade.

No entanto, há de destacar que essa valorização ainda é incipiente e tem potencial para melhorar, principalmente quando conseguirem estruturar e consolidar uma governança territorial. Tem-se, também, uma perspectiva no processo de fortalecimento e reestruturação dos arranjos produtivos locais destes produtos, pois a partir do momento que esse processo seja efetivado, os atores privados e associativos em torno dele ganharão uma ferramenta importante para valorizar suas especificidades perante o mercado local.

Quando se analisa o turismo rural, é possível perceber que este se trata de um ativo específico, e que, dentre os demais, apresenta destaque. Associa-se à beleza e a riqueza do cenário da macrozona de valorização ambiental, as quais são realmente ímpares, mas carecem de aporte e investimento no território em negócios relacionados diretamente ao turismo. Como,

por exemplo, a criação de um plano integrado de desenvolvimento do turismo local, pousadas, restaurantes, cafés, dentre outras, que podem ser estruturadas e projetadas para receber os turistas.

Isso evidencia uma dinâmica de desenvolvimento territorial com necessidades de reconhecimentos da importância dos efeitos de suas proximidades, de sua endogenia, lógicas de reciprocidade, valorização dos recursos territoriais e, principalmente, dos regimes territoriais de governança (Bérard *et al.*, 2005).

Ainda sob esse aspecto, conforme já apresentado, Maculan (2003) destaca que a formação e a consolidação de arranjos produtivos locais se encontram associadas às trajetórias históricas de construção de identidades e de formação de vínculos sociais, culturais, antropológicos, políticos e econômicos, só que dentro de uma base territorial local ou regional.

Nesse sentido, para o desenvolvimento de ações de políticas tanto públicas como privadas na macrozona de valorização ambiental de Redenção-PA é fundamental fomentar e estimular os processos históricos de construção de territórios, com o objetivo de enraizá-los em ativos (junto às práticas e relações) que não estão disponíveis em outros lugares e que não podem ser facilmente ou rapidamente criadas ou imitadas em lugares que não as têm.

É o que destaca Kapron (2014) ao evidenciar a necessidade de estimular a valorização de vocações, culturas, recursos e especificidades de cada arranjo, por meio de:

[...] - projetos de desenvolvimento e uso de marca para criação de identidade visual dos arranjos estudos para identificação de oportunidades de desenvolvimento e difusão de novos produtos que incorporem especificidades locais e contribuam para a criação de identidade do arranjo, visando nichos específicos de mercado;
- estudos para implementação de novas idéias, produtos e empreendimentos originados nos arranjos. (Kapron, 2014).

Contudo, Amaral Filho *et al.*, (2002) evidencia que além destas, devem ser buscadas uma maior capacidade de agregação de valor e a apropriação local da renda, fundamentais à melhoria de vida local. Além de fortalecer as instâncias locais de coordenação, planejamento e gestão de projetos, bem como, a cooperação de pequenas empresas/produtores.

No mesmo sentido, é desejável que fatores ambientais e culturais se convertam em ativos locais específicos, agregadores de valor e renda. Para isso, precisam ser preservados e fortalecidos, de forma a reforçar o sentimento de pertencimento de suas comunidades. Essas relações se traduzem nos exemplos de denominação de origem, como marca coletiva, traduzindo-se em renda para seus produtores e para toda a comunidade (Amaral Filho *et al.*, 2002).

Portanto, no sentido da formação de governança territorial para fortalecimento e criação de processos de ativação de recursos territoriais específicos da macrozona de valorização ambiental de Redenção, a partir de modelos integrados de segmentos em arranjos produtivos locais (Gomide *et al.* 2015), é imperioso observar o processo de construção dessas iniciativas e associá-las às dimensões críticas de acordo com Lotta *et al.*, (2016). E, conforme já conjugadas, após análise combinada, permite-se compreender as especificidades de cada arranjo institucional e em que medida eles avançam em termos de coordenação de diferentes atores nos processos decisórios.

Ao averiguar acerca da atuação dos atores locais, os representantes do poder público, possui uma maior rede de comunicação entre eles e deles com os atores privados e associativos, com destaque para as duas secretarias municipais (agropecuária e meio ambiente) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (Emater). Os três atores apresentam uma ação transversal entre os demais atores e atuam como mediadores do processo de constituição da governança territorial.

É possível destacar, ainda, que a secretaria municipal de agropecuária e aquicultura de Redenção-PA, hoje, é o ator público com maior vínculo com os atores privados e associativos do território. Por isso, em caso de uma estruturação de um projeto de desenvolvimento territorial à luz da “valorização e especificação de recursos e ativos territoriais”, ela seria o um ator público fundamental para mediar o processo inicial; pois possui uma boa capilaridade no território.

Cabe destaque também, os processos de manutenção e fortalecimento dos pequenos segmentos de arranjos produtivos locais associados à produção de mandioca e de pescado serrano na macrozona de valorização ambiental de Redenção-PA, os quais possuem sua articulação distribuídas entre as secretarias municipais, Emater, Cooperativa Agropecuária dos Trabalhadores Rurais da Região do Araguaia e das Associações de Pequenos Produtores Rurais.

Diante disso é possível afirmar que essas iniciativas podem representar o sistema de governança territorial local, o qual precisa ser acompanhado e avaliado por novos estudos dado a fase inicial em que esses processos se encontram. Para o ativo territorial representado pelo turismo rural presente na macrozona de valorização ambiental, em alguns casos, este tem promovido a ligação entre os produtos territoriais destacados de forma indireta por meio de sua comercialização no próprio território ou até mesmo fora deste.

Por fim, ressalta o desafio associado à baixa articulação entre os atores locais privados, considerados como elemento fundamental para a construção de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável com governança territorial.

Sob o enfoque da valorização e especificação dos 03 ativos territoriais com destaque na macrozona de valorização ambiental de Redenção é possível relacioná-lo a abordagem da “cesta básica de serviços territoriais- CBST”, a qual consiste em identificar fatores a serem explorados, organizados ou revelados de um território, no qual os atores locais são protagonistas desse processo (Pecqueur, 2005).

Isto porque, para Cazella *et al* (2019), a abordagem de “cesta básica de serviços territoriais- CBST” deriva de discussões sobre a noção de desenvolvimento territorial enquanto contraponto ao processo hegemônico de globalização econômica. Tratando-se, portanto, de conceber os espaços geográficos enquanto lugares para a criação de recursos específicos, distintos dos utilizados de forma genérica ou deslocalizada, ou como simples matéria-prima (Colletis; Pecqueur, 2005).

Ao se fazer uma correlação com os produtos e serviços da sociobiodiversidade da macrozona de valorização ambiental de Redenção-PA, aqui destacados como ativos territoriais – a saber, mandioca da serra, pescado serrano e o turismo rural –, há um vasto campo de atuação a ser trilhado, que passa pela homologação, fortalecimento e gestão dos arranjos produtivos locais existentes e a inserção de outros produtos territoriais de qualidade, com aprimoramento ou consolidação das marcas territoriais que representam ações coletivas que podem induzir melhorias nos sistemas de coordenação desses atores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo objetivou analisar como a valorização e a especificação de ativos territoriais na macrozona de valorização ambiental do município de Redenção-PA pode contribuir para o desenvolvimento local em bases sustentáveis, o qual pode ser considerado alcançado.

Destaca-se inicialmente, que ao se debruçar sobre os referenciais teóricos e normativos, foi possível perceber como os arranjos institucionais e as políticas públicas voltadas para os processos de ativação e valorização de recursos naturais na Amazônia brasileira estão intrinsecamente ligados ao processo de produção do território, os quais, podem ser considerados como recursos com manifestações únicas e com diferencial de origem advindo de resultados de sistemas territoriais de atores sociais que incorporam organizações produtivas.

E, ainda sob esse enfoque, evidencia-se que para a ativação e valorização dos recursos territoriais específicos localizados na fronteira da Amazônia Paraense, são necessárias ações que vão além de parceria multisetoriais, constituindo-se também de uma perspectiva sistêmica de articulação sócio institucional e sócio produtiva para transformação do território proporcionando bases consistentes para uma sustentabilidade ampliada, haja vista que, em sua maioria os territórios de fronteiras são compostos por atores sociais com conhecimento tradicional associado em que não há a possibilidade de vincular a sua origem a, pelo menos, uma população indígena, comunidade tradicional ou agricultor tradicional.

Diante disso, imperioso é, o reconhecimento do valor jurídico do direito ao desenvolvimento, o qual reside no fortalecimento do valor Humano e na legitimação da perspectiva emancipatória de sujeito de direitos. E, ao inter-relacionar as fontes materiais e formais desse direito, foi possível observar que o texto constitucional - ainda que apresente diversas manifestações sobre o desenvolvimento, em suas formas territorial, social, econômica, cultural e ambiental - não reconhece, expressamente, o direito ao desenvolvimento no Título II dos direitos e garantias fundamentais, e para firmar o seu reconhecimento é necessário lançar mão da hermenêutica emancipatória dos direitos humanos, à luz da cláusula de abertura material dos direitos fundamentais.

Ao se considerar a necessidade da promoção de ações para a redução das desigualdades sociais na Amazônia a partir da combinação única de ativos, recursos e expectativas locais de um território também foi possível evidenciar o processo de valorização e especificação de ativos territoriais presentes na macrozona de valorização ambiental de Redenção-PA, relacionando-os

com a construção do território com destaques ao ativos territoriais e os arranjos produtivos locais presentes.

Nesse ponto em específico, a valorização e a especificação de ativos territoriais na macrozona de valorização ambiental de Redenção-PA merecem um olhar mais aprofundado, em especial no que se refere à adaptação nos desta ferramenta teórico-metodológica para os contextos amazônicos de territórios fronteiras.

Haja vista ser necessária, a avaliação contínua da sobreposição de vários processos socioeconômicos e ambientais com elevados potenciais de conflitualidade, além da economia local dinâmica, inclusão de novos atores sociais, mercados local e regional a ser revitalizado em articulação com territórios mais amplos e a estimulação à inovação social para a proteção ambiental, resgate a cultura e a história.

Ratifica-se que no *locus* da pesquisa, foi possível identificar inicialmente 03 produtos ou ativos territoriais, com fases distintas de maturidade: a) a produção da mandioca do serrado; b) O pescado serrado; c) e a oferta de serviços associados ao turismo rural, os quais representam recursos do território da macrozona de valorização ambiental de Redenção-PA com diferencial de origem, advindos de resultados de sistemas territoriais com atores sociais que incorporam as organizações produtivas locais existentes.

Sendo que a partir destas observações, foi possível elaborar um plano de ação, o qual representa as estratégias sustentáveis de valorização dos recursos e ativos territoriais da macrozona de valorização ambiental de Redenção-PA considerando dois componentes estratégicos, a saber: (i) fortalecimento do sistema de governança territorial da macrozona de valorização ambiental de Redenção-PA e (ii) integração territorial local, representados em matrizes lógica de ação.

Por fim, ressalta-se ainda, que esta pesquisa contribuiu no sentido de fazer uma primeira sensibilização entre os atores sociais territoriais da macrozona de valorização ambiental de Redenção-PA sobre a abordagem de valorização e especificação de recursos e ativos territoriais. Além de realçar, a grande potencialidade dos recursos naturais presentes, foi possível também evidenciar o papel fundamental dos atores locais para a contribuição para a promoção do desenvolvimento local por meio de processos participativos e democráticos de governança dos recursos naturais.

Quanto às suas limitações destaca-se o curto prazo de tempo para adaptação da abordagem teórica-metodológica da valorização e especificação de recursos e ativos territoriais,

o que não permitiu realizar uma avaliação do território com todas as ferramentas desta abordagem.

Acredita-se, que um aprofundamento maior nas análises se faz necessário de forma a incluir outros produtos específicos e ligados ao território, mas com potencial, os quais podem compor a oferta de produtos territoriais da macrozona de valorização ambiental de Redenção-PA e contribuir com o desenvolvimento local sustentável.

De outro modo, destaca-se que esta abordagem teórica-metodológica tem grande potencial a ser desenvolvido em territórios fronteira localizados na Amazônia Paraense, o que pode contribuir para uma melhor qualidade de vida e do ambiente que vivem.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, M. **Para uma teoria dos estudos territoriais**. In: ORTEGA, A. C.; 2002.
- ALMEIDA FILHO, N. Desenvolvimento Territorial: segurança alimentar e Economia Solidária. Campinas: Ed. Alineas, 2007, p. 19-37.
- ABRAMOVAY, M. **Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina: Desafios para Políticas Públicas**. Brasília: UNESCO, BID, 2002. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127138por>.
- ALONSO, José Antônio Fialho. **A persistência das desigualdades regionais no RS: velhos problemas, soluções convencionais e novas formulações**. Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre, v. 33, n. 4, p. 101- 114, mar. 2006.
- ALVES, H. P. F. **Vulnerabilidade socioambiental na metrópole paulistana: uma análise sociodemográfica das situações de sobreposição espacial de problemas e riscos sociais e ambientais**. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 43-59. 2006.
- AMARAL FILHO, Jair do *et al.* **Núcleos e arranjos produtivos locais: casos do Ceará**. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <https://login.semead.com.br/21semead/anais/arquivos/1336.pdf>.
- AQUINO, Afonso Rodrigues de; PALETTA, Francisco Carlos; ALMEIDA, Josimar Ribeiro. **Vulnerabilidade ambiental**. São Paulo: Blucher, 2017.
- BARDIN L. **Análise de conteúdo**. Lisboa (Po): Editora Edições 70; 2000.
- BEDERGUE, J. **Cambios globales y locales: implicaciones para las dinámicas del desarrollo territorial**. Conferência proferida no III Congreso Internacional Gestión Territorial del Desarrollo Rural, Brasília 7-10 nov 2016. Vídeo conferencia disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=f1aZ_YaRJ24.
- BENKO, G.; PECQUEUR, B. **Os recursos de territórios e os territórios de recursos**. Geosul, Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 31-50, jul./dez. 2001.
- BONI, V.; QUARESMA, S. J. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais**. Em Tese, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005. ISSN 1806-5023.
- BRASIL, 2002. **Decreto nº 7.378 de 1º de dezembro de 2010**. Aprova o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal - MacroZEE da Amazônia Legal, altera o Decreto no 4.297, de 10 de julho de 2002, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 02 dez. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato_2007-2010/2010/Decreto/D7378.htm.
- BRASIL, 2010. **Macrozoneamento da Amazônia Legal: Estratégias de Transição para a Sustentabilidade**. Brasília: MMA/SDRS/DZT.

BRASIL, 2011. **Lei Complementar Federal n. 140 de 08 de dezembro de 2011** - Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981. Brasília, DF, 08 dez. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp140.htm.

BRASIL, 2015. **Lei Federal n. 13.123 de 20 de maio de 2015** - Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea j do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências.. Brasília, DF, 08 dez. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13123.htm.

BRASIL, L. F. **Por um Direito do Ordenamento Territorial: Elementos Preliminares para um Modelo Integrado de Direito Urbano-Ambiental** – Revista Magister de Direito Ambiental e Urbanístico Nº 52 – Fev-Mar/2014

BRASIL, Ministério do Turismo. **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural**. Brasília, DF, 2003.

BRONZO, CARLA. **Intersetorialidade, autonomia e território em programas municipais de enfrentamento da pobreza: experiências de Belo Horizonte e São Paulo**. Planejamento e Políticas Públicas, n. 35, jul./dez., 2010.

BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1994.

BRYMAN, Alan. **Quantity and quality in social research**. London: Routledge, 1992.

BUGGE, M. M.; HANSEN, T.; KLITKOU, A. What Is the Bioeconomy? A Review of the Literature. Sustainability, 2016. v. 8, n. 691, p. 1-22. Disponível em: doi:10.3390/su8070691.

BRITO, Maria Campos Alves de. **Desenvolvimento compartilhado de reservatórios comuns entre Estados**. Rio de Janeiro: E-papers, 2006.

BRINGEL, F. O; GONÇALVES C. U., **Fronteiras agrárias e processos de territorialização do campesinato na Amazônia – uma análise comparativa de projetos de assentamento no sudeste e sudoeste do Pará**. Fabiano de Oliveira Bringel, Cláudio Ubiratan Gonçalves - Sociedade e Território, Natal, vol. 27. Edição Especial I – XXII ENGA. p. 270-288, set. 2015.

CALIXTO, Laura. **Estudos de caso sobre custos ambientais: ênfase nos procedimentos metodológicos**. Revista de Administração Mackenzie (RAM), v. 10, n. 2, 2009, p. 87-109.

CARRIÈRE, J.-P.; CAZELLA, A. **Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial.** Revista Eisforia, v. 4, n. 4, p. 23-47, 2006.

CASTRO, F. F. **A identidade denegada:** Discutindo as representações e a autorrepresentação dos caboclos da Amazônia. In: Revista de Antropologia. São Paulo: USP, 2013. v. 56, n. 2, p. 451-475.

CAZELLA, A. A.; SABLAYROLLES, P. J. L; MEDEIROS, M. **A configuração de Cesta de Bens e Serviços Territoriais como estratégia inovadora de desenvolvimento amazônico.** Redes, v. 26, 2021.

CHAYANOV, A. **Die lehre von der bäuerlichen Wirtschaft:** Versuch einer Theorie der Familienwirtschaft in Landbau. Berlin: Verlag Paul Parey, 1923.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração:** uma visão abrangente da moderna administração das organizações. Revisada e atualizada. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

COSTA, F. A. **O açaí do Grão-Pará: arranjos produtivos e economia local** – constituição e dinâmica (1995-2011). Tese apresentada ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará para promoção ao cargo de Professor Titular. Belém, 2016

COSTA, F. A. **Trajetórias tecnológicas como objeto de política de conhecimento para a Amazônia:** uma metodologia de delineamento. Revista Brasileira de Inovação. 2009. v. 8, p. 287-312.

COSTA, F. A.; FERNANDES, D. A. **Dinâmica agrária, instituições e governança territorial para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.** Revista de Economia Contemporânea (Impresso), 2016. v. 20, p. 517-552.

COSTA, F. A.; FERNANDES, D. A. **Economia camponesa referida ao bioma da Amazônia:** atores, territórios e atributos. In: Paper do NAEA. v. 29, n. 2. Belém: NAEA. 2019.

COSTA, F. A., Ciasca, B.S., Castro, E.C.C., Barreiros, R.M.M., Folhes, R.T., Bergamini, L.L., Solyno Sobrinho, S.A., Cruz, A., Costa, J. A., Simões, J., Almeida, J.S., Souza, H.M. **Bioeconomia da sociobiodiversidade no estado do Pará.** Brasília, DF: The Nature Conservancy (TNC Brasil), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Natura, IDB-TN-2264, 2021.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** Porto Alegre, RS: Artmed, 2007.

DALLABRIDA, V. R. et al. **Abordagem territorial do desenvolvimento:** categorias conceituais e pressupostos metodológicos. Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável. GUAJU, Matinhos, v.7, n.1, p. 43-40, jan./jun. 2021.

DALLABRIDA, V. R. *et al.* **Da Vantagem Comparativa à Vantagem Diferenciadora: Estratégias de Especificação de Ativos Territoriais como Alternativa de Desenvolvimento.** DRd – Desenvolvimento Regional em debate Ano 2, n. 1, jul. 2012. p. 104-133.

DALLABRIDA, V. R. *et al.* **Governança territorial:** do debate teórico à avaliação da sua prática. *Análise Social*, v. L(2º), n. 215, p. 304-328, 2015b.

DALLABRIDA, V. R.; ROTTA, E.; BÜTTENBENDER, P. L. **Pressupostos epistêmico-teóricos convergentes com a abordagem territorial.** *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 17, n. 2, p. 256-273, mai-ago/2021.

DALLABRIDA, Valdir Roque. **Território, governança e desenvolvimento territorial:** indicativos teórico – metodológicos, tendo a Indicação Geográfica como referência / Valdir Roque Dallabrida - São Paulo: LiberArs, 2016.

DAGNINO, E. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DENARDIN, V. F. **Desenvolvimento territorial e estratégias de valorização da origem de bens alimentares.** In: WILKINSON, J.; MASCARENHAS, G. C. C. (org). *O sabor da origem.* Porto Alegre: Escritos do Brasil, 2016. p. 51-72.

DENARDIN, V. F. *et al.* **Abordagem Territorial do Desenvolvimento:** Dimensão Natural e Contribuições para o Diagnóstico e Prospecção de Cenários. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável. G&DR.* V. 18, N. 1, P. 61-83, jan-abr/2022. Taubaté, SP, Brasil.1.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa.** In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Orgs.). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens.* 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FARIA, J. H.; MENEGHETTI, F. K.; STEFANI, D. **Razão tradicional e razão crítica:** os percursos da razão no ensino e a pesquisa em Administração na concepção da teoria crítica. *Revista de Ciências da Administração*, v.18, n.45, p.140-154, Agosto 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8077.2016v18n45p140>.

FAVARETO, A. (2016). **Cambios globales y locales:** implicaciones para las dinámicas del desarrollo territorial. Conferencia proferida no III Congreso Internacional Gestión Territorial del Desarrollo Rural, Brasilia 7-10 nov 2016.

FAVARETO, A. **Inovações institucionais nas políticas para o desenvolvimento territorial em três estados brasileiros.** *Redes - Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul*, v. 22, n. 3, setembro-dezembro, 2017.

FAVARETO, A. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão.** São Paulo: Ed. Iglu/Fapesp, 2007.

FIGUEIREDO, M.C.B. (org.) **Análise da vulnerabilidade ambiental.** Embrapa Agroindústria

Tropical, Fortaleza, 2010.

FLORES. M. S. A; CANTO. O do; FARIAS, A. L .A; CONDURÚ. M. T. **Gestão e uso do território [recurso eletrônico]:** experiências e práticas na Amazônia paraense / Organizadores, Maria do Socorro Almeida Flores ... [et al.]. — Dados eletrônicos. — Belém: NUMA/UFPA, 2020. 290 p. :il. color. (Série Estudos do NUMA, 22)

FUINI, L. L. **A territorialização do desenvolvimento:** construindo uma proposta metodológica. Interações, Campo Grande, v. 15, n. 1, p. 21-34, jan./jun. 2014b.

FUINI, L. L. **Os arranjos produtivos locais (APLs):** uma breve explanação sobre o tema. GeoTextos, Salvador, v. 9, n. 2, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/6985>.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisas sociais.** 6ª Edição - São Paulo: Atlas, 2008.

GODOI, C. K.; BALSINI, C. P. V. **A pesquisa qualitativa nos estudos organizacionais brasileiros:** uma análise bibliométrica. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DEMELLO, R.; SILVA, A. B. (Orgs.). Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais: Paradigmas, Estratégias e Métodos. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 89-114.

GOMIDE, P. H. O; FALCÃO, M. T. **Sociobiodiversidade Amazônica:** saberes, olhares e práticas agroecológicas / Plínio Henrique Oliveira Gomide, Márcia Teixeira Falcão (Org.). – 1. ed. – Boa Vista, RR : UERR Edições, 2021.

GOTTRET, Maria Verônica. **Orientación estratégica para organizaciones de productores com enfoque de cadena de valor.** In CATIE, 2009. Documento de trabalho. Disponível em www.cadenasdevaloryppp.org.

GOVERNO DO PARÁ. **Plano Estadual Amazônia Agora – Elementos Conceituais.** Belém – Pará: 2020. Disponível em: <http://portal.iterpa.pa.gov.br/wp-content/uploads/2021/01/plano_estadual_amazonia_agora.pdf>.

GTZ. **Guia Metodológico de Implementação das Oficinas de Promoção de Cadeias de Valor. Programa para Proteção e Gestão Sustentável das Florestas Tropicais do Brasil.** Brasília: 2009.

HARRIS, M. **What it means to be caboclo: some critical notes on the construction of the Amazonian caboclo society as an anthropological object.** In: Critique of Anthropology, v. 18, p. 83-95, jul.-set, 1998.

HIRCZAK, M. *et al.* **From the Basket of Goods to a More General Model of Territorialized**

Complex Goods: Concepts, Analysis Grid and Questions. Canadian Journal of Regional Science, v. 31, n. 2, 2008.

IBGE CIDADES, 2020. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Diagnóstico Ambiental da Amazônia Legal. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, s/d.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Diagnóstico Ambiental da Amazônia Legal.** Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, s/d.

JOHNSON, B. **Cities, systems of innovation and economic development.** Innovation: management, policy & practice, v. 10, n. 2-3, p. 146-155, 2008.

KAPRON, S. R. **Arranjos produtivos locais, extensão produtiva e inovação:** (re)construindo a política pública de desenvolvimento. Um olhar territorial para o desenvolvimento: Sul, Biblioteca Digital_BNDES, 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil:** por uma antropologia da territorialidade. [S.l.]: Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2002.

LLORENS, F. A. **Desenvolvimento Local: caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política.** Rio de Janeiro: BNDES, 2001. 232 p.

LOTTA, G; GALVÃO, M; FAVARETO, A. **Análise do Programa Mais Médicos à luz dos arranjos institucionais:** intersectorialidade, relações federativas, participação social e territorialidade. Ciência & Saúde Coletiva (Online), v. 21, p. 2761-2772, 2016.

MACHADO, L. A. **A fronteira agrícola na Amazônia.** In: BECKER, B. K. et al. (eds.). Geografia e meio ambiente no Brasil. São Paulo: Hucitec editora, 1998.

MACULAN, A. M. **Ambiente empreendedor e aprendizado das pequenas empresas de base tecnológica.** In: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. L. (Org.) Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003. p. 311-326.

MALUF R. S; FLEXOR G. **Questões agrárias, agrícolas e rurais [recurso eletrônico] : conjunturas e políticas públicas.** Organização Renato S. Maluf , Georges Flexor. - 1. ed. - Rio de Janeiro : E-Papers, 2017.

MATESCO, V. R. *et al.* **Mecanismos de apoio às micro e pequenas empresas brasileiras: o caso Patme no período 1992-98.** Revista Brasileira de Economia, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 493-525, set./dez. 2000.

MELLO, C. M. [MS 22.164, rel. min. Celso de Mello, j. 30-10-1995, P, DJ de17-11-1995.] –

disponível em: <https://portal.stf.jus.br/constituicao-supremo/artigo.asp?abrirBase=CF&abrirArtigo=225>

MEDEIROS, M. D.; PEREIRA, V. H. C.; ALMEIDA, L. Q. **Áreas de Vulnerabilidade Ambiental na Zona Oeste de Natal/ RN/ Brasil**. Revista GEONORTE, Edição Especial, v. 1, n. 4, p. 474-486. 2012.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. **Quantitativo qualitativo: oposição ou complementaridade?** Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 237- 248, set. 1993.

MILANI, C. R. S. **O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais**. Revista de administração pública, Rio de Janeiro, v. 3, n. 42, 2008.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. 2010. **Macrozoneamento da Amazônia Legal: Estratégias de Transição para a Sustentabilidade**. Brasília: MMA/SDRS/DZT.

MORAES, Alexandre de. **Direitos humanos fundamentais**. São Paulo: Atlas, 1998.

MORAES, Antônio Carlos Robert (2002). **Território e História no Brasil**. São Paulo: Hucitec.

MORAES, Antônio Carlos Robert, Antônio Carlos Robert (2014). **Geografia, interdisciplinaridade e metodologia**. GEOUSP – Espaço e Tempo (Online), São Paulo, v. 18, n. 1, pp. 9-39.

NOGUEIRA, R. J. B., **Territórios E Fronteiras Amazônicas**. Revista Sentidos da Cultura - Belém/Pará. V.1. N. 1. Jul-dez/2014.

OLIVEIRA, Hermógenes José Sá de. **Redes, aprendizados e ativos territoriais na Amazônia: o processo de qualificação do açaí do rio Canaticu, arquipélago do Marajó, Pará / Hermógenes José Sá de Oliveira**, 2018.

OLLIKAINEN, M. **Forestry in bioeconomy – smart green growth for the humankind**, Vol. 29, - Issue 4: Biobased Economy, 2014.

PECQUEUR, B. **O Desenvolvimento Territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul**. Raízes, Campina Grande, v. 24, n. 1 e 2, p. 10-22, jan./dez./2005. PECQUEUR, B. **Le développement territorial: une nouvelle approche des processus de développement pour les économies du Sul**. Grenoble: Institut de Géographie Alpine, 2004.

POLLETO, E. R. **O Desenvolvimento Territorial e a promoção dos arranjos produtivos locais (APLs): Uma aproximação geográfica** OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia, v.1, n.1, p.58-83, jan. 2009.

REDENÇÃO, Município. **Lei Municipal n. 842/2021**. Dispõe sobre o plano plurianual do período de 2022 – 2025 e dá outras providências. Redenção – Pará: 2021. Disponível em: <https://www.redencao.pa.gov.br/>. Acesso em: 11/07/2022.

REDENÇÃO. **Relatório de Pesquisa** – Caracterização Socioeconômica e Fundiária das Serras dos Gradaús e Piaus. Redenção – Pará: 2018. Disponível em: <https://www.redencao.pa.gov.br/>. Acesso em: 11/05/2022.

REDENÇÃO. **Secretaria Municipal de Agropecuária e Aquicultura**. Programa de Gradagem do Solo e Apoio ao Homen do Campo. Redenção – Pará: 2021. Disponível em: <https://www.redencao.pa.gov.br/>. Acesso em: 11/06/2022.

REDESIST. **Rede de Pesquisas em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais. Glossário de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais**. Rio de Janeiro: RedeSist – IE/ UFRJ, 2003. Disponível em: . Acesso em: 23 abr. 2008.

Reis, Livia Liberato de Matos. **Indicação Geográfica no Brasil: determinantes, limites e possibilidades** / Livia Liberato de Matos Reis - Salvador, 2015. 270 f. : il. Color.

RONDÉ, P.; HUSSLER, C. **Innovation in regions: what does really matter?** Research Policy, v. 34, n. 8, p. 1.150-1.172, 2005.

ROOS, A., STENDAHL, M. **The emerging bioeconomy and the forest sector**. In: Panwar R., Kozak R., Hansen E. (eds): Forests, Business and Sustainability. Abington and New York, Routledge: 23, 2015.

SACHS, I. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 151 p.

SACK, R. **Human territoriality**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SALOMON, Dêlcio Vieira. **Como fazer uma monografia**. 12. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Hernández; LUCIO, Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. 3. ed. Local: McGraw-Hill, 2006.

SANTANDREU, A.; LOVO, I. C. **Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e suas diretrizes políticas para sua promoção: identificação e caracterização de iniciativas de AUP em Regiões Metropolitanas brasileiras**. Belo Horizonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome-MDS; Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação-FAO; Secretaria de Segurança Alimentar-SESAN, jun. 2007

SANTOS, B. D. dos; ZAMBERLAN, Carlos Otávio. **Educação, cultura e a construção de uma identidade territorial**. G&DR - Rvista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, Taubaté, v. 15, n. 6, dez. 2019.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas**. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, n.1, Jul/2009.

SCARLAT, N. et al., 2015. **The role of biomass and bioenergy in a future bioeconomy:**

policies and facts. Environmental Development, v. 15, p. 3-34, jul. 2015 apud BNDES, Setorial 47, 2018. p. 289. ISSN 1414-9230.

SILVA, A. V. **Juventudes Contemporâneas entre o Urbano e o Rural:** aproximações e diferenças vulnerabilidade social e suas consequências - o contexto educacional da juventude na região metropolitana de Natal. Encontro de ciências sociais do Norte Nordeste. UFAL, Maceió, Alagoas. 2007.

SILVA, A. V. **Juventudes Contemporâneas entre o Urbano e o Rural:** aproximações e diferenças vulnerabilidade social e suas consequências - o contexto educacional da juventude na região metropolitana de Natal. Encontro de ciências sociais do Norte Nordeste. UFAL, Maceió, Alagoas. 2007.

SILVA, S. P. **Considerações Analíticas e Operacionais sobre a Abordagem Territorial em Políticas Públicas.** Repositório do Conhecimento do IPEA. – Brasília : Ipea, 2013 – v. : il..
SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. São Paulo: Record, 2008.

SOUZA, Marcelo L. de. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.** In: CASTRO, Iná et. al. Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

STUMPF, I. R. C. **Pesquisa bibliográfica.** In A. Barros; J. Duarte (Orgs.), Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas, 2005.

THOMAS, Jerry R. e NELSON, Jack K. (1996). **Research methods in physical activity.** 3.ed. Champaign : Human Kinetics.

TRICART, J. **Ecodinâmica.** Rio de Janeiro: IBGE – Diretoria Técnica – SUPREN, 1977.

VASCONCELLOS, M.S. **Notas introdutórias sobre Desenvolvimento e Desenvolvimento Territorial.** Belém: NUMA/UFPA, 2013.

VÁZQUEZ BARQUERO, A. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2001. 278 p.

VILLA NOVA, S. L. **Promoção de bioeconomia da sociobiodiversidade amazônica:** o caso da Natura Cosméticos S. A. com comunidades agroextrativistas na região do Baixo Tocantins, Pará. Dissertação de Mestrado. Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, 2022.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2. ed. Porto Alegre: Bookmann, 2001.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZUSMAN, Perla (2000). **Tierras para El Rey.** Tres Fronteras y la Construcción del Territorio del Rio de la Plata (1750-1790). 465 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Autònoma de Barcelona.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Plano de Ação para Promoção do Desenvolvimento Local na Macrozona de Valorização Ambiental do Município de Redenção Estado do Pará



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE MEIO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE RECURSOS
NATURAIS E DESENVOLVIMENTO LOCAL DA AMAZÔNIA**



ARISTÓTELES ALVES DO NASCIMENTO

**PLANO DE AÇÃO PARA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL NA
MACROZONA DE VALORIZAÇÃO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE
REDENÇÃO ESTADO DO PARÁ**

**BELÉM – PA
2023**

ARISTÓTELES ALVES DO NASCIMENTO

**PLANO DE AÇÃO PARA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL NA
MACROZONA DE VALORIZAÇÃO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE
REDENÇÃO ESTADO DO PARÁ**

BELÉM – PA
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

N244p Nascimento, Aristóteles Alves do.
Plano de ação para promoção do desenvolvimento local na
macrozona de valorização ambiental do município de Redenção
Estado do Pará / Aristóteles Alves do Nascimento. — 2023.
11 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^a. Dra. Maria Socorro Almeida Flores
Coorientação: Prof^a. Dra. Rosana Quaresma Maneschy

Originalmente apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de
Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, do Núcleo de
Meio Ambiente, da Universidade Federal do Pará, como Apêndice A, da
dissertação de mestrado intitulada Promoção do desenvolvimento local na
Amazônia: Estudo sobre a macrozona de valorização ambiental do
município de Redenção, Estado do Pará, Belém, 2023.

1. Amazônia. 2. Sociobioeconomia. 3. Ativos Territoriais.
4. Governança Territorial Local. I. Título.

CDD 307.1409811

1 APRESENTAÇÃO

O presente Plano de Ação é derivado da pesquisa realizada no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia vinculado ao Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará.

Constitui produto da dissertação intitulada “PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL NA AMAZÔNIA: ESTUDO SOBRE A MACROZONA DE VALORIZAÇÃO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO, ESTADO DO PARÁ” e tem por finalidade servir à aplicação do conhecimento consolidado no trabalho científico como retorno à sociedade.

O PA é a proposta de produto de mestrado realizada após a análise e especificação dos ativos territoriais presentes na macrozona de valorização ambiental do município de Redenção/PA com potencial para contribuir com o desenvolvimento local.

Limita-se no sentido de apoiar o processo de construção e definição de estratégias para a especificação e valorização dos ativos territoriais da área da pesquisa. A fim de promover a integração das cadeias dos produtos territoriais identificados agregando valor e consolidando mercados locais sustentáveis.

Cabe destacar também que de acordo com o regulamento dos critérios para a definição da carteira de produtos oriundos das atividades vinculadas à este projeto pesquisa conforme a resolução interna nº 03/2021 - PPGEDAM/NUMA/UFGPA, exige-se do discente o desenvolvimento de um produto técnico como requisito essencial à sua titulação, integrante à dissertação (Belém, 2021).

Assim, ainda de acordo com esta resolução interna, o produto técnico derivado da pesquisa pode possuir diferentes tipologias e necessita, indispensavelmente, ser tangível, buscando atender a uma demanda social, organizacional ou de mercado que seja específica e apresenta relevância/utilidade. É neste sentido, que de forma primordial se projeta este plano de ação, estruturando os resultados aplicáveis derivados da pesquisa e oferecendo à sociedade amazônica um produto técnico que contribua com respostas às demandas relacionadas à gestão ambiental, uso e aproveitamento de recursos naturais para a promoção do desenvolvimento local.

2 OBJETIVO

O objetivo deste produto consiste em fornecer um documento de orientação às instituições públicas responsáveis pelo ordenamento territorial e ambiental da macrozona de valorização ambiental de Redenção, contribuindo com a promoção de fins coletivos de desenvolvimento local, proporcionando deste modo, uma melhor proteção dos recursos naturais, valorização do território e redução das desigualdades sociais.

3 METODOLOGIA

A metodologia aplicada na pesquisa da qual este Plano de Ação decorre foi baseada na natureza de pesquisa aplicada, pois impõe atividades descritivas com abordagens qualitativas (Gil, 2008). Optou-se ainda por combiná-las a partir da associação de pesquisas bibliográficas e documental (Salomon, 2010), seguidas de estudo de caso das cadeias de valores dos produtos da sociobiodiversidade (Almeida, 2012).

Estes produtos estão presentes na macrozona de valorização ambiental de Redenção-PA e são desenvolvidos em forma de arranjo no produtivo local (Fiuni, 2013). Além disso apresentam potencial de promoção de desenvolvimento (Dallabrida, 2016) identificados a partir da técnica de observação conteúdo (Bardin, 1977) na escala territorial da pesquisa.

Diante disso, primeiramente foi proposto a criação de um observatório territorial a ser conduzido por um colegiado composto por atores sociais da macrozona de valorização ambiental de Redenção-PA e com suas atividades deliberativas apoiadas pelo órgão executivo municipal responsável pelo ordenamento territorial e gestão ambiental da macrozona de valorização ambiental de Redenção contribuindo com a manutenção e o aperfeiçoamento do sistema de governança territorial dos recursos territoriais específicos localizados deste território fronteira da Amazônia Paraense.

Este colegiado territorial, por meio de ações deliberativas, poderá estabelecer uma agenda relativamente autônoma, possibilitando discussões mais amplas sobre o desenvolvimento de seu território de forma democrática e participativa.

Além disso, ainda com a proposição de apoio e definição de estratégias para valorização dos ativos territoriais identificados na macrozona de valorização ambiental de Redenção no Pará, e de forma sistêmica, foi estabelecido um plano de ação para atuação do

colegiado territorial, composto por dois componentes estratégicos de atuação, os quais ficaram dispostos da seguinte maneira: (i) fortalecimento do sistema de governança territorial da macrozona de valorização ambiental de Redenção-PA e (ii) integração territorial local.

Tais componentes estão vinculados à objetivos específicos, respectivas linhas de atuação, prazos de cumprimentos, responsáveis e indicadores de desempenho e cumprimento representados em matrizes lógicas de planejamento, execução e avaliação.

4 PROCESSO DE ELABORAÇÃO E ANÁLISE DO PLANO DE AÇÃO

Para a construção do plano de ação para atuação do colegiado territorial através do observatório territorial foram estabelecidos dois componentes de atuações, seguidos de objetivos e respectivas linhas de ações, os quais se disponibilizaram da seguinte maneira: (i) fortalecimento do sistema de governança territorial da macrozona de valorização ambiental de Redenção e (ii) integração territorial local, bem como, materializado em forma de tabela de matriz lógica do plano de ação de valorização dos ativos territoriais específicos presentes na macrozona de valorização ambiental do município de Redenção/PA e com potencial para contribuir com o desenvolvimento local.

A importância do fortalecimento do sistema de governança territorial da macrozona de valorização ambiental de Redenção, consiste na possibilidade da valorização de ativos territoriais específicos por meio de uma estrutura compartilhada por atores públicos, privados e associativos, priorizando no processo econômico de oferta de produtos e serviços territoriais, os mercados locais, ou comumente chamados circuitos curtos de comercialização, estimulando o reconhecimento da qualidade dos produtos e serviços específicos da parte dos atores locais e de consumidores externos.

Por sua vez, a integração territorial local refere-se à concepção de uma perspectiva integradora, ou seja, de um domínio politicamente estruturado com apropriação simbólica, identitária, inerente a certa classe social e ao produto gerado por ela, gerando laços de identidades e cooperação. Isto porque, muitos processos de construção de territórios, e suas estratégias de desenvolvimento, possuem dinâmicas de poder e riqueza que dependem da capacidade de interação estratégica entre atores políticos, recursos humanos, infraestrutura tecnológica e inovação organizacional.

Define-se, portanto, que a institucionalidade, os recursos de poder, a confiança e a cooperação ou reciprocidade são os fatores que determinam a construção social e o processo de desenvolvimento que se implementa.

Para o primeiro componente temos:

1. FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE GOVERNANÇA TERRITORIAL DA MACROZONA DE VALORIZAÇÃO AMBIENTAL DE REDENÇÃO.

Objetivo 1.

1.1. Aprimorar e promover o fortalecimento de espaços de deliberação, cooperação e diálogo federativo e social priorizando a formação de mecanismos de governança territorial.

Linhas de Ação

1.1.1. Atividades preparatórias e contínuas de mobilização e/ou formação em gestão territorial e ambiental por meio de reuniões, oficinas, oitivas ou outras atividades junto aos atores envolvidos no sistema de governança territorial da macrozona de valorização ambiental de Redenção para formação de colegiado e representação social coletiva do território.

1.1.2. Realização de atividades de planejamento para o processo de elaboração de plano de desenvolvimento rural sustentável ou outro instrumento de gestão territorial e ambiental do território junto à(s) comunidade(s) local(s) envolvida(s).

1.1.3. Identificação, apoio e aprimoramento de práticas sustentáveis implementadas no território com enfoque nos ativos territoriais relacionados com a produção da mandioca da serra, pescado serrano e atividades de turismo rural prevendo e recuperando danos ambientais associados.

1.1.4. Promoção, marketing e apoio à comercialização de roteiros, destinos, produtos e serviços turísticos da macrozona de valorização ambiental de Redenção;

Objetivo 2.

1.2. Aprimorar e fortalecer a estruturação e adensamento dos Arranjos Produtivos Locais associados à produção dos ativos territoriais específicos, mandioca da serra, pescado serrano e atividades de turismo rural, bem como realizar investimentos estratégicos nestas cadeias de valor da sociobiodiversidade presentes macrozona de valorização ambiental de Redenção.

Linhas de Ação

1.2.1. Estimular e fortalecer ações, preferencialmente, para os empreendimentos de médio e pequeno porte participantes das cadeias de valores dos ativos territoriais específicos presente macrozona de valorização ambiental de Redenção em forma de arranjo produtivo local, bem como às entidades que dão suporte às cadeias produtivas estratégicas para o desenvolvimento regional.

1.2.2. Apoiar e fortalecer os sistemas produtivos tradicionais e valorização de conhecimentos e práticas associados presentes no território adicionado a formação dos recursos humanos, com a requalificação de empresários e trabalhadores, adequando a oferta formativa às demandas e ao saber fazer local.

1.2.3. Fortalecer as redes de interação territorial existentes associada à produção dos ativos territoriais específicos, mandioca das serras, pescado serrado e o turismo rural, bem como a formação de novas redes.

1.2.4. Apoio à melhoria da infraestrutura e equipamentos no setor turístico com a implantação de programas estratégicos e fomento ao turismo de base local no território, além da criação de rotas turísticas entre localidades com potencial turístico reconhecido associado aos ativos territoriais específicos presente macrozona de valorização ambiental de Redenção.

Por sua, para o segundo componente temos:

2. INTEGRAÇÃO TERRITORIAL LOCAL

2.1. Objetivo 1

Criação de rede locais de integração e cooperação para valorização cadeias de valores dos ativos territoriais específicos presente macrozona de valorização ambiental de Redenção.

Linha de Ação

2.1.1. Desenvolver programa continuado de formação e capacitação de líderes coletivos associado à identificação e valorização de ativos territoriais específicos presente macrozona de valorização ambiental de Redenção.

2.2. Objetivo 2

Desenvolvimento de ações estratégias de marketing territorial e *branding* de território dos ativos territoriais da macrozona de valorização ambiental de Redenção

Linha de Ação

2.2.1 Identificar lideranças coletivas e atores-rede que sejam capazes de articular e suscitar o entusiasmo inicial para a ideia de uma comunidade ou território-rede desejado na macrozona de valorização ambiental de Redenção.

2.2.2. Criar para o território da macrozona de valorização ambiental de Redenção uma marca distintiva e/ou um signo distintivo territorial, a que seja a base narrativa para uma estratégia de comunicação e marketing;

2.3 Objetivo 3

Fortalecimento e manutenção da presença de instituições públicas, locais e regionais, com foco na adoção de atitude protagonista em apoio à inovação e ao desenvolvimento territorial, mediante iniciativas negociadas por atores das diferentes instâncias da sociedade local, de forma participativa e colaborativa;

Linha de Ação

2.3.1 Criar o observatório territorial da macrozona de valorização ambiental de Redenção, com a participação das instituições públicas, locais e regionais e dos principais atores envolvidos no projeto e suas áreas de influência para revisão contínua e manutenção das proposições para o desenvolvimento local de forma participativa e colaborativa.

2.3.2 Conceber uma “plataforma colaborativa interpares” por meio de um colegiado “territorial” para aumentar a interação e a conexão colaborativas entre todos os parceiros do projeto e os futuros utentes ou destinatários do projeto.

Tabela 1. Matriz Lógica do Plano de Ação para valorização de ativos territoriais específicos presentes na macrozona de valorização ambiental do município de Redenção/PA.

Matriz Lógica do Plano de Ação de valorização dos ativos territoriais específicos presentes na macrozona de valorização ambiental do município de Redenção/PA					
Componentes	Objetivos	Linhas de Ação	Prazo	Responsável	Indicador
Fortalecimento do sistema de governança territorial da macrozona de valorização ambiental de Redenção.	1	1	Curto, Médio e Longo	Observatório Territorial	3. número de capacitações /semestre. 4. Colegiado criado
		2	Curto	Observatório Territorial	2. Oficinas de planejamento territorial / mês
		3	Médio e Longo	Observatório Territorial	2. Quantitativo de práticas identificadas e apoiadas
		4	Curto e Médio	Observatório Territorial	2. Quantitativo de campanha de marketing e branding / mês
	2	1	Curto, médio e longo	Observatório Territorial	2. identificação de todas as etapas e membros das cadeias de valores e ações apoiadas.
		2	Médio e longo	Observatório Territorial	3. Quantitativo de práticas tradicionais identificadas e apoiadas 4. Quantitativo de requalificação/semestre
		3	Curto, médio e longo	Observatório Territorial	2. redes de interação institucionalizada e apoiada.
		4	Médio e longo	Observatório Territorial	2. Quantitativo de ações estratégicas apoiada/semestre
	1	1	Curto, médio e longo	Observatório Territorial	2. número de capacitações /semestre.

Integração territorial local	2	1	Curto e Médio	Observatório Territorial	2. lista de atores-rede e liderança coletiva
		2	Curto e Médio	Observatório Territorial	2. plano de comunicação estratégica com marca institucional do território
	3	1	Médio e longo	Observatório Territorial	2. Observatório territorial criado
		2	Médio e Longo	Observatório Territorial	2. colegiado criado e fortalecido

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas proposições apresentadas espera-se contribuir ativamente com o processo de concertação social para a indução do desenvolvimento local para a macrozona de valorização ambiental de Redenção, Estado do Pará.

Buscou-se com a proposta adequar a conjugação de interesses setoriais e gerais, de modo que os acordos resultantes, os resultados das discussões e entendimentos, as definições condensadas, possam resultar no pacto socioterritorial democrático, articulado pelas lideranças representativas das redes de poder socioterritorial, e transformando-se em um projeto político de desenvolvimento de uma sociedade organizada territorialmente.

Por fim, evidencia a ratificação da proposta de produto deste mestrado contribuindo efetivamente com a especificação dos ativos territoriais presentes na macrozona de valorização ambiental do município de Redenção/PA, bem como, o processo de construção e definição de estratégias integradora das cadeias dos produtos territoriais identificados agregando valor e consolidando mercados locais sustentáveis.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D; ALVES, F. B; PIRES, L; **Governança em cadeias de valor da sociobiodiversidade: experiências e aprendizados de grupos multi-institucionais do Castanha do Brasil e Borracha-FDL no Acre** / organização Débora Almeida, Fernanda Basso Alves, Liliana Pires. Brasília: GIZ, Núcleo Maturi, UICN, WWF-Brasil, 2012.

CALIXTO, Laura. **Estudos de caso sobre custos ambientais: ênfase nos procedimentos metodológicos**. Revista de Administração Mackenzie (RAM), v. 10, n. 2, 2009, p. 87-109.

DALLABRIDA, Valdir Roque. **Território, governança e desenvolvimento territorial: indicativos teórico – metodológicos, tendo a Indicação Geográfica como referência** / Valdir Roque Dallabrida - São Paulo: LiberArs, 2016.

FUINI, L. L. **Os arranjos produtivos locais (APLs): uma breve explanação sobre o tema**. GeoTextos, Salvador, v. 9, n. 2, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/6985>>.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisas sociais**. 6ª Edição - São Paulo: Atlas, 2008.

SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma monografia**. 12. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

APÊNDICE B - Resumo de Trabalhos apresentado em Eventos Científicos durante o período deste Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia.

NASCIMENTO, ARISTOTELES ALVES DO *et al.*. **OS DESAFIOS DO**

DESENVOLVIMENTO LOCAL PARA TERRITÓRIOS-REDE NO SUDESTE DO PARÁ..

In: Anais do XV Seminário de Desenvolvimento Sustentável, Cooperativismo e Economia Solidária (XV SICOOPES). Anais...Castanhal(PA) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA Campus Castanhal, 2023. Disponível em:

<https://www.even3.com.br/anais/sicoopes2022/501148-OS-DESAFIOS-DO->

[DESENVOLVIMENTO-LOCAL-PARA-TERRITORIOS-REDE-NO-SUDESTE-DO-PARA.](https://www.even3.com.br/anais/sicoopes2022/501148-OS-DESAFIOS-DO-)

Acesso em: 07/11/2023

Autores

ARISTOTELES ALVES DO NASCIMENTO

Maria do Socorro Almeida Flores

Rosana Quaresma Maneschy

LUIZ FERNANDO PAES DE QUEIROZ

Modalidade

Artigo Científico

Área temática

Desenvolvimento Rural Sustentável, Dinâmica Territoriais e Conhecimentos Tradicionais

Data de Publicação

03/05/2023

País da Publicação

Brasil

Idioma da Publicação

Português

Página do Trabalho

www.even3.com.br/Anais/sicoopes2022/501148-OS-DESAFIOS-DO-DESENVOLVIMENTO-LOCAL-PARA-TERRITORIOS-REDE-NO-SUDESTE-DO-PARA

ISBN

978-85-5722-733-0

Resumo

A incidência de territórios-rede, nos limites territoriais da Amazônia paraense, concebidos e categorizados a fim de, garantir o desenvolvimento estratégico de transição para a sustentabilidade, culminaram na formação de novas dinâmicas e territorialidades. Assim, o objetivo deste trabalho foi analisar os desafios do desenvolvimento local em territórios-rede no sudeste do Pará. Para tanto, em função da abordagem multidisciplinar qualitativa, fez o uso do método científico analítico-descritivo crítico, seguida das avaliações, ancoragens às abordagens territoriais e reflexões, em torno dos desafios do desenvolvimento local, em especial, nas áreas presentes nos sistemas produtivos do Araguaia-Tocantins. Como resultado, observa-se que a noção da concepção desta unidade territorial, trazida pelo Macrozoneamento da Amazônia Legal, deve ser relativizada, pois é possível perceber que no processo de desenvolvimento das políticas de territorialização à convergência, tem ocorrido um recrudescimento das assimetrias inter-regionais, implicando em desafios com enfoques nos desenvolvimentos local e regional, reforçando assim, o papel do Estado na articulação e em proporcionar o protagonismo local, por meio da organização sócio territorial e da inovação nos processos de desenvolvimento.

Palavras-Chave: Amazônia, Inovação, Organização sócio territorial.



QUEIROZ, LUIZ FERNANDO PAES DE et al.. **A BIOECONOMIA E SUA RELAÇÃO COM A AMAZÔNIA PARAENSE: UMA REVISÃO A PARTIR DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO...** In: Anais do XV Seminário de Desenvolvimento Sustentável, Cooperativismo e Economia Solidária (XV SICOOPES). Anais...Castanhal(PA) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA Campus Castanhal, 2023. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/sicoopes2022/501019-A-BIOECONOMIA-E-SUA-RELACAO-COM-A-AMAZONIA-PARAENSE--UMA-REVISAO-A-PARTIR-DO-CONCEITO-DE-DESENVOLVIMENTO>. Acesso em: 07/11/2023

Título do Trabalho

A BIOECONOMIA E SUA RELAÇÃO COM A AMAZÔNIA PARAENSE: UMA REVISÃO A PARTIR DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO.

Autores

LUIZ FERNANDO PAES DE QUEIROZ

Maria do Socorro Almeida Flores

Mário Vasconcellos Sobrinho

ARISTOTELES ALVES DO NASCIMENTO

Modalidade

Artigo Científico

Área temática

Meio ambiente, Recursos Florestais e Recursos Pesqueiros

Data de Publicação

03/05/2023

País da Publicação

Brasil

Idioma da Publicação

Português

Página do Trabalho

www.even3.com.br/Anais/sicoopes2022/501019-A-BIOECONOMIA-E-SUA-RELACAO-COM-A-AMAZONIA-PARAENSE--UMA-REVISAO-A-PARTIR-DO-CONCEITO-DE-DESENVOLVIMENTO

ISBN

978-85-5722-733-0

Resumo

Não há como dissociar ou compreender o conceito de bioeconomia e sua relação com a Amazônia Paraense sem, antes, analisar a evolução do conceito de desenvolvimento. A concepção sobre o desenvolvimento passou por muitas e sucessivas mudanças ao longo das últimas décadas, seja por influência do contexto histórico, seja pelas diferenças de diversas ordens entre os países e sociedades. Nesse sentido, objetiva-se compreender, a partir de uma revisão conceitual, a evolução da concepção de desenvolvimento, sua relação com o conceito de bioeconomia e com a Amazônia Paraense. O método de abordagem utilizado é o dedutivo, pois parte do parâmetro geral, ou seja, da discussão

envolvendo os fundamentos da evolução do conceito de desenvolvimento, bem como o método indutivo, pois considera também o particular, o papel de cada conceito nesse processo até que se chegue à concepção de bioeconomia no âmbito das discussões sobre o meio ambiente e sobre a Amazônia. No caso do método de investigação, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, a partir do levantamento de referências teóricas sobre a temática em discussão. Concluiu-se que o conceito de desenvolvimento chegou a um ponto de intercessão que contempla todas suas derivações e evoluções, passando pelo crescimento econômico, como meio para que ocorra, a qualidade de vida e o desenvolvimento humano, como fim, a importância do espaço enquanto lócus, a racionalidade enquanto conjunto de práticas de produção e de consumo, e a sustentabilidade do desenvolvimento proposto e a bioeconomia como resultado prático a ser alcançado. Todo esse conjunto se relaciona com a Amazônia Paraense na medida em que a discussão sobre desenvolvimento é indissociável de sua própria realidade atual e histórica e de seus entraves estruturais de múltiplas ordens e impactos que norteiam os caminhos da região e de suas populações.

Palavras-Chave: Bioeconomia, Desenvolvimento, Amazônia, Sustentabilidade.

